

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONSOLIDADAS EM IFRS

EXERCÍCIO DE 2023

BANESTES S/A  
BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do SISTEMA FINANCEIRO BANESTES - SFB, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### 1. CONTEXTO ECONÔMICO

De maneira geral, a economia global está se recuperando dos tempos de pandemia e, caso não se agravem os conflitos na Europa e no Oriente Médio, podemos esperar a manutenção do crescimento do PIB e a queda dos preços. Referente a economia nacional, o PIB crescente, a melhora no mercado de trabalho e no comércio internacional animam o cenário futuro, mesmo a contraponto do baixo nível de investimento doméstico e do elevado déficit primário.

O cenário internacional<sup>1</sup> melhorou, mas ainda se mantém pessimista em relação à manutenção dos indicadores no médio prazo. O otimismo provém da performance econômica dos Estados Unidos, cujo resultado ficou acima das expectativas do mercado, e também pela queda da inflação de maneira generalizada, reduzindo tanto os custos com matéria-prima quanto os gastos das famílias com alimentos e moradia. Mais além, os choques econômicos provocados pela Covid-19 dão sinais de esgotamento, visto que os excessos de demanda apresentados no tempo pós-pandemia têm se arrefecido, dando mais horizonte de previsibilidade para a aplicação de políticas econômicas.

Entretanto, o viés negativo ainda se perpetua, pois o nível de endividamento dos países está em patamares superiores aos observados antes da pandemia, o baixo crescimento da Zona do Euro ainda se perpetua e os conflitos armados com países exportadores de petróleo e gás (Rússia e Oriente Médio) podem elevar significativamente os custos dos combustíveis e desencadear nova crise no continente, podendo impactar negativamente o PIB mundial. Vale destacar também que os países desenvolvidos estão com taxas de juros recordes, fator de entrave do crescimento dos investimentos e, conseqüentemente, da renda futura.

Já a economia doméstica apresenta indicadores positivos em sua maioria, porém com desafios pendentes tão importantes quanto os recordes conquistados. A estimativa do crescimento do PIB em 2023 é 2,92% de acordo com o Boletim Focus e observamos recordes dentro do comércio internacional, com o maior valor já exportado e o melhor resultado da balança comercial desde 1989<sup>2</sup>, apesar da contração dos preços das commodities e da cotação do Dólar. A inflação segue o movimento internacional de queda. Atingiu 4,62% em 2023 e terminou o ano dentro da meta, mesmo com o déficit de 2,0% das contas públicas<sup>3</sup>. O mercado de trabalho também segue tendo bons resultados. A taxa de desemprego (7,5%) está a patamares visto somente em 2015, enquanto que a quantidade de assalariados com carteira assinada é recorde na série histórica da PNAD Contínua.

Entretanto, houve redução dos investimentos em 2023 de 2,5% em relação ao mesmo período anterior, estatística preocupante para o desenvolvimento sustentado da economia, além do resultado primário do governo brasileiro. A projeção do déficit primário para 2023 está em 2,0% do PIB e, caso se consolide, será o terceiro pior resultado desde 1997. A expectativa é que este registre a participação de 0,80% do PIB em 2024, indo contra o objetivo do governo de zerar o déficit no presente ano.

<sup>1</sup> Informações extraídas da Carta de Conjuntura – IPEA nº 61.

<sup>2</sup> Dados coletados no portal da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).

<sup>3</sup> Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

## 2. DESTAQUES DO PERÍODO

Com mais um trimestre de bons resultados, o BANESTES vem se consolidando como uma instituição cada vez mais forte e certa de seu papel junto a sociedade capixaba. O compromisso com a sustentabilidade empresarial segue sendo uma diretriz concreta do banco, forjada em bases indispensáveis ao mercado bancário, como: Negócio, Tecnologia da Informação e Comunicação e Gente. Buscando cumprir sua função econômica e social, o BANESTES levanta sua bandeira “Crescemos juntos” apoiando os clientes e a sociedade como um todo, com a oferta de soluções financeiras personalizadas, crédito a baixo custo, serviços, atendimento e parcerias.

- ✓ Lucro Líquido atingiu R\$ 68 milhões (-16,6% em 12 meses e -22,9% em 3 meses) no quarto trimestre, correspondendo a R\$ 0,21 por ação e no acumulado do ano somou R\$ 324 milhões (-6,0% em 12 meses). O faturamento<sup>4</sup> expandiu 0,8% com relação ao quarto trimestre de 2022 e -5,3% contra o trimestre anterior, somando R\$ 1,4 bilhão, em que as receitas com empréstimos e recebíveis avançaram (+14,7% em 12 meses e -0,4% em 3 meses) e as receitas ligadas a Tesouraria retraíram sob efeito direto da redução da taxa de juros/selic (-4,4% em 12 meses e -8,2% em 3 meses). No acumulado do ano, o faturamento atingiu R\$ 5,6 bilhões acréscimo de 7,0% contra o mesmo período do ano anterior, em suma decorrente principalmente do crescimento das receitas com empréstimos e recebíveis (+22,7% em 12 meses) reflexo da elevação dos recursos da carteira de crédito a clientes<sup>5</sup> (+19,9% em 12 meses). Cabe registrar maiores receitas com tesouraria (+4,2% em 12 meses) ao contraponto de quedas recorrentes da taxa de juros/Selic no período; e de maior resultado de seguros e previdência (+43,9% em 12 meses). As despesas financeiras no trimestre somaram R\$ 905 milhões (-5,3% em 12 meses e -7,4% em 3 meses) com destaque para a redução dos custos com depósitos de clientes (-7,5% em 12 meses e -12,0% em 3 meses) sob viés da queda da taxa de juros; no acumulado do ano essas despesas cresceram 4,2% em doze meses puxados pela elevação do saldo de depósitos de clientes (+10,9% em 12 meses). As perdas com *impairment* no trimestre registraram R\$ 73 milhões (+429,4% em 12 meses e -1,0% em 3 meses); já no acumulado do ano, somaram R\$ 307 milhões, elevando-se 120,6% contra o mesmo período de 2022, refletindo maior expectativa/propensão de perdas com as operações em carteira e piora da inadimplência no cenário local. Outros itens que impactaram o resultado do trimestre foram: i) a queda do resultado com serviços e comissões (-23,5% em 12 meses e +6,8% em 3 meses); ii) maior custo com constituições de provisões de contingências cíveis, trabalhistas, fiscais e outras (+33,5% em 12 meses e +38,4% em 3 meses; e iii) aumento dos custos administrativos com pessoal (+6,0% em 12 meses e +42,2% em 3 meses) motivado pela constituição de bônus para pagamento de remuneração variável por performance e com outras despesas administrativas (+18,7% em 12 meses e +5,1% em 3 meses), impactado pelas demandas de crescimento da operação bancária. Em suma, a eficiência operacional<sup>6</sup> no trimestre foi de 55,8% e a eficiência operacional ajustada ao risco<sup>7</sup> atingiu 66,2%. No acumulado do ano, os índices de eficiência atingiram respectivamente 48,0% e 58,0%;
- ✓ O patrimônio líquido registrado no quarto trimestre de 2023 foi de R\$ 2,1 bilhões, 6,4% superior ao mesmo período de 2022 e 0,6% maior que a posição do terceiro trimestre de 2023. O índice de Basileia alcançou 14,6% composto integralmente de capital nível I. O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE)<sup>8</sup> foi de 15,7% e o retorno sobre o ativo (ROA)<sup>9</sup> foi de 0,8%. A reserva de lucro (R\$ 527 milhões) avançou 30,6% na comparação com o quarto trimestre de 2022 e 19,6% contra o terceiro trimestre de 2023, decorrente da incorporação de resultados do período. Foi destinado aos acionistas no trimestre, a título de juros sobre capital próprio e dividendos o montante de R\$ 106 milhões, atingindo no acumulado do ano o valor de R\$ 201 milhões;

<sup>4</sup> Trata-se do total das receitas financeiras, receitas de serviços, resultado de ativos financeiros para negociação, resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes, resultado de seguros e previdência e resultados de operações de câmbio e variação cambial.

<sup>5</sup> Trata-se do total do saldo bruto de empréstimos e recebíveis.

<sup>6</sup> Relação entre o total da despesa administrativa (pessoal e outras) e o total da margem financeira, da receita com serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

<sup>7</sup> Relação entre o total da despesa administrativa (pessoal e outras) e o total da margem financeira, do resultado com *impairment* de ativos financeiros, da receita com serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

<sup>8</sup> Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos patrimônios líquidos de dezembro de 2023 e dezembro de 2022.

<sup>9</sup> Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos ativos totais de dezembro de 2023 e dezembro de 2022.



- ✓ Os ativos no quarto trimestre de 2023 atingiram R\$ 41,4 bilhões, crescente 12,7% contra o mesmo período de 2022 e -0,7% contra o terceiro trimestre de 2023. Houve avanço da posição financeira dos recursos em instrumentos de dívidas e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (+11,0% em 12 meses e estável em 3 meses) em face da estratégia de posicionamento em títulos públicos e privados. Dessa forma, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia atingiram R\$ 1,8 bilhão (-59,4% em 12 meses e -43,3% em 3 meses). Os recursos em empréstimos e recebíveis mantiveram forte avanço (+19,3% em 12 meses e +3,6% em 3 meses), reflexos das safras de crédito oriundas das demandas proporcionadas pela retomada da economia local, principalmente no setor de varejo e de serviços. O BANESTES mantém a máxima atenção e direciona suas estratégias e medidas à adequação da política e processos de concessão de crédito, proporcionando maior qualidade às garantias adquiridas nas novas concessões e o aprimoramento dos processos de reestruturação de ativos e recuperação de créditos em prejuízo;
- ✓ A carteira de crédito a clientes registrou o saldo de R\$ 9,5 bilhões crescentes 19,9% contra o quarto trimestre de 2022 e 3,5% contra o terceiro trimestre de 2023. O segmento pessoa física totalizou R\$ 6,6 bilhões (+27,6% em 12 meses e +4,0% em 3 meses); enquanto, o segmento corporativo somou R\$ 3,0 bilhões (+5,9% em 12 meses e +2,6% em 3 meses). Da carteira de clientes corporativos, 69,7% foram concessões à micro, pequenas e médias empresas e 30,3% foram concessões a grandes empresas. Destaque para as modalidades: crédito imobiliário (+57,2% em 12 meses e +6,2% em 3 meses), crédito pessoal (+14,8% em 12 meses e +2,1% em 3 meses), crédito rural (+45,8% em 12 meses e +19,9% em 3 meses) e cartões (+16,0% em 12 meses e +2,5% em 3 meses). No conceito carteira de crédito a clientes ampliada<sup>10</sup>, o saldo nesse trimestre atingiu R\$ 12,8 bilhões (+8,3% em 12 meses e +2,6% em 3 meses). O saldo em *impairment* nesse trimestre totalizou R\$ 490 milhões (+31,7% em 12 meses e +1,7% em 3 meses), puxado pelo crédito comercial, crédito pessoal e cartões;
- ✓ O índice de inadimplência (>90 dias) encerrou o trimestre em 2,3% e no conceito ampliado em 1,8%. As operações com atraso superior a 90 dias no segmento da pessoa física foram de 1,8% enquanto, no segmento corporativo atingiu o patamar de 3,6%. Em suma, a inadimplência da carteira de crédito comercial subiu 0,3 p.p. contra o mesmo trimestre de 2022; pautada preponderantemente na elevação da inadimplência para pessoa jurídica (+1,1 p.p.). A classificação por níveis de risco de crédito se posicionou no quarto trimestre de 2023 da seguinte forma: 73,5% classificadas nos níveis de risco AA e A, 21,1% entre os níveis de risco B e C, 3,5% entre D e G e 1,9% no nível de risco H. O resultado com perdas com *impairment* de ativos financeiros foi de R\$ 73 milhões nesse trimestre, e no acumulado do ano somou R\$ 307 milhões, motivados por eventos específicos nos segmentos de transporte coletivo, de vigilância e segurança, de diagnóstico clínico laboratorial e de fertilizantes aliado ao crescimento da carteira de crédito a clientes. Consoante com sua estratégia e atento ao cenário macroeconômico atual, o BANESTES aplica toda sua cautela, métodos e sistemas no controle e gestão da qualidade das garantias junto às novas concessões e às operações em carteira, que apresentam potencial de *default*;
- ✓ Os depósitos de clientes somaram R\$ 22,4 bilhões no trimestre, crescente 10,9% contra o mesmo período de 2022 e -0,6% contra o terceiro trimestre de 2023. Os recursos de depósitos a prazo avançaram no período (+15,7% em 12 meses e -1,7% em 3 meses). Os recursos em poupança ficaram praticamente estáveis nas mesmas comparações (+0,6% em 12 meses e +0,8% em 3 meses), enquanto, os recursos de depósitos à vista retraíram (-7,5%) em doze meses, recuperando-se (+10,5%) contra o terceiro trimestre de 2023. Os recursos em títulos de dívidas emitidos totalizaram R\$ 680 milhões avançando 63,0% e 9,5%, respectivamente nas mesmas comparações. Os recursos de instituições financeiras atingiram R\$ 14,6 bilhões, elevando-se 16,5% em doze meses e praticamente estável (-0,5%) contra o trimestre anterior, decorrente das condições de mercado. No trimestre, o BANESTES gerenciou 981 mil contas correntes (-1,7% em 12 meses) e 646 mil contas de poupança (+1,5% em 12 meses), relacionando-se com 1.370 mil clientes (-0,2% em 12 meses), a sua maioria, 1.292 mil foram pessoas físicas (-0,4% em 12 meses) e 78 mil pessoas jurídicas (+4,5% em 12 meses). Os recursos em fundos administrados totalizaram no período o saldo de R\$ 6,3 bilhões com expressiva retração (-20,7%) em doze meses e (-0,7%) em três meses, decorrente da estratégia de migração de recursos à tesouraria do Banco;
- ✓ As despesas administrativas (pessoal e outras) atingiram nesse trimestre o montante de R\$ 257 milhões, aumentando 9,9% contra o mesmo período de 2022 e +27,1% contra o trimestre anterior, decorrente dos

<sup>10</sup> Trata-se do total dos saldos brutos de empréstimos e recebíveis, de TVM privado (debêntures, notas promissórias, CDBs – certificado de depósitos bancários, letras financeiras, CRIs – certificado de recebíveis imobiliários, letras de crédito do agronegócio, FDICs – fundo de investimento em direitos creditórios e letras de crédito imobiliário) e garantias prestadas (avais e fianças).

impactos das demandas de expansão dos negócios bancários e pela constituição de bônus para pagamento de remuneração variável. No acumulado do ano, as despesas administrativas (pessoal e outras) atingiram R\$ 851 milhões (+8,7% em 12 meses), impactados por custos com a atividade bancária em publicidade, promoções e propaganda comercial (+78,3% em 12 meses), serviços técnicos especializados (+16,5% em 12 meses) e processamento de dados (+17,2% em 12 meses). Importante frisar que os trabalhos em andamento e ações aplicadas para racionalização de custos têm como diretriz a preservação da qualidade dos serviços prestados, sempre focando na melhor experiência do cliente. No trimestre, o índice de cobertura geral<sup>11</sup> atingiu 31,8%, enquanto que, no acumulado do ano registrou 31,8%;

- ✓ O resultado de serviços e comissões no trimestre registrou 41 milhões, queda de 23,5% contra o quarto trimestre de 2022 e crescimento de 6,8% contra o trimestre anterior, no qual as receitas de serviços somaram R\$ 82 milhões (-8,7% em 12 meses e +0,2% em 3 meses) impactado pelas reduções de receitas com administração, gestão e distribuição de fundos (-8,6% em 12 meses e -6,9% em 3 meses) e com transferência de fundos e recursos (-28,5% em 12 meses e -8,1% em 3 meses); aliado ao aumento das despesas com serviços (+13,3% em 12 meses e -5,6% em 3 meses) decorrentes dos custos da operação com cartões (+22,1% em 12 meses e -1,6% em 3 meses) e com corretagem de seguros (+18,3% em 12 meses e -1,7% em 3 meses). No acumulado do ano o resultado de serviços e comissões atingiu R\$ 169 milhões (-26,5% em 12 meses). Os canais digitais (*Internet Banking* e aplicativo BANESTES) foram responsáveis por 60 milhões de transações financeiras (+24,7% em 12 meses);
- ✓ O total de Impostos, Contribuições e Encargos Sociais pagos ou provisionados pelo BANESTES no quarto trimestre de 2023 chegou a R\$ 53 milhões e no acumulado do ano atingiram R\$ 314 milhões. Desse montante, R\$ 226 milhões (-17,9% em 12 meses) foram recolhidos aos cofres públicos em forma de impostos e contribuições, refletindo a importância das operações desenvolvidas e executadas pela Instituição. Os outros R\$ 88 milhões (+8,9% em 12 meses) referem-se aos encargos sociais sobre a folha de pagamentos; e
- ✓ Durante o ano, a Fitch Rating - agência de classificação de risco elevou a nota de rating do BANESTES de AA-(bra) para AA+(bra) com perspectiva estável, demonstrando e ratificando a solidez da empresa. Em suma, observou-se uma visão positiva frente a estrutura de governança corporativa e ao sólido perfil financeiro do banco, que via de regra é sustentado pela estabilidade e força dos indicadores de rentabilidade, capitalização, captação e liquidez;

### 3. GESTÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O BANESTES desenvolve em sua cultura organizacional os conceitos de Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG, na sigla em inglês), incorporando visões conectadas com os anseios de todos os *stakeholders*. A sustentabilidade está incorporada na nossa estratégia, que tem por premissas a geração de valor, a transparência, a governança corporativa e a responsabilidade social, ambiental e climática. Reconhecendo a urgência e necessidade de promover ações concretas em matéria de ESG, contratamos a prestação de serviços de consultoria para análise e desenvolvimento de matriz de materialidade do BANESTES e, para criação, desenvolvimento, diagramação e disponibilização de relatório de sustentabilidade nos padrões internacionais do *Global Reporting Initiative (GRI)*.

A companhia instituiu a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC), criada com base na Resolução CMN nº 4.327/14, que se aplica às empresas integrantes do Conglomerado Prudencial, abrangendo o BANESTES e a BANESTES DTVM. Essa Política estabelece princípios e diretrizes que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios, na relação com as partes interessadas, e na identificação e controle do risco socioambiental presente nas atividades e nas operações do banco.

O BANESTES atua como agente e incentivador do desenvolvimento sustentável, buscando o equilíbrio social, ambiental e climático. Em linha com a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC), criamos e publicamos o Plano de Ações ESG com objetivos e compromissos a serem seguidos por toda a Instituição, impactando todos os atores da sociedade capixaba. Estamos trazendo as dimensões social, ambiental e climática para regras que já estão estabelecidas para os riscos

<sup>11</sup> Relação entre a receita de serviços e o total da despesa administrativa (pessoal e outras).

tradicionais, como de crédito, liquidez, mercado e operacional, além de gerir a integração dos efeitos adversos de todos eles em conjunto. Os objetivos são mensurar riscos, avaliar performance operacional, desenvolver e monitorar indicadores de compensação e remuneração, além de avaliar fornecedores e cadeia de suprimentos.

O Banco publicou a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas, em atendimento ao interesse coletivo, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas às atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração, além de sua composição acionária.

Somos signatários do Pacto Global das Nações Unidas, a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com participação de empresas e organizações de 160 países. O Pacto Global visa alinhar as estratégias e as operações das empresas a Dez Princípios Universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, de modo que elas desenvolvam ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade. Para iniciar ações concretas em ESG em consonância com as ações propostas pelo Pacto Global das Nações Unidas, o BANESTES assumiu o compromisso público com os Movimentos “Elas Lideram”, “Raça é Prioridade”, “Ambição Net Zero” e “Transparência 100%”.

O BANESTES promove o financiamento da produção agropecuária do estado e de sua modernização, assegurando que os projetos financiados estejam alinhados com práticas sustentáveis, minimizando impactos negativos no meio ambiente. Destaca-se, inclusive, o estímulo à transição para fontes renováveis de energia por meio da ampliação da concessão de Crédito Rural para aquisição de equipamentos para geração de Energia Solar. Dessa forma, o banco também reforça seu compromisso com os princípios de ESG.

Em relação à Gestão de Gente, em 2023 foi instituída a Escola de Lideranças do SFB, realizando formações de líderes de equipe de acordo com os pilares da liderança de alta performance. Nesse ano, foram realizadas 5 turmas do treinamento ‘Líder de Alta Performance’ e 5 turmas da trilha ‘Líder Transformador’, com um total de 212 participantes, trabalhando questões como: autogestão, delegação, *feedback* ágil, avaliação da performance e plano de desenvolvimento individual e outras ferramentas de gestão de pessoas, assim como criar entendimento e engajar pessoas ao novo paradigma da liderança, fortalecendo a marca da liderança do SFB.

Ressalta-se também a capacitação em saúde emocional, com a finalidade de auxiliar os líderes a lidar com os principais desafios relacionados à saúde mental dos seus liderados e com a própria saúde mental, que alcançou 371 lideranças. Isso demonstra a constante preocupação da Instituição junto a cada colaborador, o que está alinhado a sua cultura organizacional “Crescemos Juntos”.

O BANESTES promove treinamentos e cursos para todos os seus colaboradores, não se limitando apenas aos com função de liderança. Com a plataforma de cursos *online* “ALURA”, que é disponibilizada para todo o SFB, acumulou-se um total de 1.565 cursos realizados, que resultaram em 29.752 horas de treinamento. Além da plataforma, foram oferecidas 88 turmas de treinamentos institucionais na modalidade *online* síncrona, registrando 17.899 participações.

Com a homologação dos últimos concursos, o SFB recebeu 62 novos colaboradores que participaram do programa de integração em três edições, denominado *Onboarding* Institucional BANESTES, que conta com palestras e apresentações sobre cultura, processo de avaliação, benefícios, Regime Disciplinar, Guia de Conduta Ética, redes sociais da empresa, inovação e temas de *compliance*, finalizando com um dia de imersão em uma de nossas agências.

Ainda, em conformidade com o Código de Certificação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), mantivemos cursos de atualização e de novas certificações para o público elegível e desejável, visando proporcionar o aperfeiçoamento dos nossos profissionais. Atualmente, possuímos 927 empregados certificados, sendo 616 certificados na CPA-10, 447 na CPA-20, 62 na CEA, 14 na CFG, 14 na CGA e 13 na CGE.

O SFB pelo segundo ano consecutivo, conquistou a certificação *Great Place to Work - GPTW* por meio



da pesquisa de clima organizacional, que contou com o engajamento de 54% dos colaboradores da Companhia, que responderam questões relacionadas às dimensões da camaradagem, credibilidade, imparcialidade, orgulho e respeito. Foi criado um grupo de trabalho multidisciplinar, responsável por analisar os resultados e estudar ações de melhoria do clima organizacional. Nesse sentido, foi proposto um plano de ação e algumas iniciativas já têm sido desenvolvidas.

Em 2023, o BANESTES concorreu à premiação da 20ª edição do Prêmio Ser Humano, na categoria excelência organizacional, com o Programa Cuidar 360°, iniciativa que reúne as ações de bem-estar e qualidade de vida do SFB e que garantiu à Companhia a 3ª posição na categoria. Esse é um importante instrumento de valorização das práticas inovadoras que alcançaram significativos resultados quantitativos e qualitativos na área de Gestão de Pessoas, sendo consideradas uma referência no mercado.

Visando o cuidado diário com o funcionário, existe o Minuto Cuidado que divulga vídeos curtos e dinâmicos com dicas de saúde e bem-estar, com o objetivo de melhorar o dia a dia no trabalho. Com esse mesmo intuito, a vacinação antigripal acontece anualmente e contempla funcionários, estagiários, aprendizes e terceirizados (auxiliares em serviços gerais, motoristas e vigilantes) de todo o SFB, Fundação BANESTES e Banescaixa. Em 2023, foram aplicadas mais de 2.200 doses em todas as unidades.

Por meio do BanesHub, local onde são impulsionadas as iniciativas relativas à inovação do SFB, avançamos em algumas frentes importantes para a Instituição, como a implantação de um novo sistema para realizar contratações administrativas em jornada digital, em parceria com o Governo do Estado do ES, por meio do Prodest e a realização de uma prova de conceito, em parceria com uma *startup* capixaba, de uma solução de inteligência artificial generativa, de forma a conhecermos os benefícios, aplicabilidade e uso desse tipo de ferramenta para posterior contratação definitiva. Iniciamos, também, estudos de viabilidade e projeto conceitual para armazenamento, digitalização e assinaturas eletrônicas de documentos, de forma a modernizar nossos processos, principalmente no que tange a melhoria na experiência do cliente. Além disso, estão em andamento estudos, testes e elaboração de proposta de governança para a ferramenta de *low-code*, já existente em nosso contrato Google *Workspace*, a fim de disseminarmos a utilização dessa plataforma de forma corporativa, permitindo assim maior agilidade e flexibilidade para as áreas de negócio desenvolverem suas próprias aplicações menos complexas.

No contexto de inovação aberta, temos a participação no Programa de Empreendedorismo Industrial, de iniciativa do FindesLab, em que seguimos com uma *startup* selecionada que conduzirá o desafio proposto para viabilização de solução em *blockchain*. Em adição, as frentes de inovação focadas em inteligência de dados seguem atuando tanto na extração de informações a partir do relacionamento com clientes, quanto no apoio à análise de dados das operações internas da Instituição. Desse modo, auxiliam tanto na personalização do atendimento, quanto no refinamento dos processos operacionais e de tomada de decisão.

A área de dados também iniciou amplo mapeamento de dados com o objetivo de melhorar os modelos de risco do Banco. Desse modo, espera-se tanto a adequação necessária à Resolução CMN nº 4.966, quanto a viabilização de melhores insumos para a evolução dos modelos existentes e, oportunamente, também para a construção de novos modelos. A equipe também realizou estudo de viabilidade para uma contratação que está em estruturação e que busca a modernização das nossas soluções de *Business Intelligence* (BI), *Analytics* e Inteligência Artificial (IA). Esse projeto de construção do Ecossistema de Dados do SFB também contemplará consultorias e capacitações para gestores, técnicos e profissionais das áreas de negócio com o objetivo de prepará-los para uma operação orientada a dados e para fomentar a cultura *data-driven* na Instituição. Essas ações reforçam a atuação do BANESTES no movimento de inovação, viabilizando o aperfeiçoamento das soluções existentes e o desenvolvimento de novos produtos e serviços.

Consoante a tudo isso, o BANESTES continua caminhando rumo à expansão de serviços digitais que melhorem a experiência do cliente, facilitando o seu dia a dia e aumentando as possibilidades de acesso aos serviços bancários sem a presença física junto ao banco, o que, nos dias atuais, otimizam tempo do cliente e da Instituição, além de alcançar redução das despesas operacionais. Os investimentos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação alcançaram R\$ 85 milhões em 2023, o que proporciona melhorias nos serviços bancários, com a modernização dos sistemas de informação, da infraestrutura de comunicação, da segurança da informação e da rede autoatendimento, sendo todos esses serviços imprescindíveis e de grande importância para todo o SFB, acelerando sua transformação digital.

Destaca-se a entrega do novo Aplicativo BANESTES, que, por meio de evolução tecnológica entrega uma nova experiência para os clientes, o que viabilizou um alcance de avaliação com nota 4,6 na loja de aplicativos *Google Play*. Junto desse olhar da transformação digital, as transações totais, que incluem consultas de informações como extrato, no aplicativo BANESTES somaram mais de 233 milhões de transações no ano de 2023, um crescimento de 13,8% quando comparado com o ano de 2022. Analisando as transações totais, o Aplicativo BANESTES continua sendo o principal canal de transações para os clientes. Os canais digitais (*Internet Banking* e Aplicativo BANESTES) foram responsáveis por 60 milhões de transações financeiras no ano de 2023, crescimento de 24,7% quando comparado com o ano anterior.

Apesar da busca pela digitalização, o BANESTES não desvia do atendimento próximo e de forma presencial sempre que o cliente sentir essa necessidade, isso fica claro em nosso *slogan* “Digital quando você quiser, ao seu lado sempre que você precisar”. O que pode ser observado com o aumento da sua rede de atendimento física ao longo do tempo. Nesse quarto trimestre, o BANESTES consolidou essa marca, com a abertura de mais 8 correspondentes BANESFÁCIL, totalizando agora 782 postos de atendimento, compostos por 151 unidades de atendimento (entre agências e postos), 288 postos de atendimento eletrônico e 343 correspondentes.

Os cartões BANESTES evoluíram significativamente no período, muito devido ao sucesso do cartão Banescard Visa que obteve faturamento recorde no ano de 2023 de R\$ 5,1 bilhões, ou seja, um crescimento de 17,9% comparado ao ano anterior. O BANESTES seguiu investindo também na publicidade e propaganda de seu novo cartão Banescard Visa com campanhas espalhadas na mídia em *outdoors* digitais, rádio e redes sociais no período de dezembro para que o produto continue a crescer e gerar valor para a empresa.

Neste ano, com o novo aplicativo BANESTES veio a disponibilização de novas funções para melhor gerenciamento do cartão Banescard Visa, como consulta de transações feitas no cartão, viabilidade de alteração da data de vencimento da fatura, acesso ao programa de fidelidade, realização de um bloqueio temporário do cartão, além de uma opção para habilitação/deshabilitação do cartão para compras internacionais e adesão ao débito automático da fatura do cartão. Essa implementação de novas funções teve por objetivo trazer maior praticidade para o dia a dia do nosso cliente, assim como uma maior segurança.

O BANESTES, por meio do seu programa de fidelidade, firmou uma parceria neste ano com uma das principais empresas de recompensas do Brasil, a Lívolo, o que aumenta e reforça os inúmeros benefícios dos nossos cartões para os clientes. A Lívolo apresenta uma grande carteira de clientes e centenas de empresas parceiras para acúmulo de pontos com compras *online* e resgate de produtos, serviços e viagens. Vale ressaltar que no ano de 2023 houve um crescimento de 51,0% nos cadastros dos clientes ao Programa de Fidelidade.

Ao longo do último trimestre, como forma de consolidar o seu programa de fidelidade, o BANESTES promoveu ação promocional, em comemoração ao aniversário do Banco com promoções exclusivas no uso dos pontos e bonificação no acúmulo de pontos, vinculadas a *Blue Week*.

Em continuidade ao apoio às micro e pequenas empresas do Espírito Santo, foi concedido, até o final de 2023, mais de R\$ 65 milhões em Microcrédito, sendo que, aproximadamente R\$ 21 milhões (+32,3%) deste montante foram destinados especificamente às mulheres empreendedoras capixabas por meio das linhas “Microcrédito JUNTAS”. No final de 2023, a carteira ativa de microcrédito fechou em mais de R\$ 102 milhões. É importante ressaltar que, foi aprovada a Lei 11.830/2023, que instituiu o Fundo de Aval Garantir-ES. Essa iniciativa é uma resposta direta a uma das principais dificuldades enfrentadas no âmbito do Microcrédito: a falta de avalistas. Com a criação do fundo, será possível fornecer garantias aos empreendedores, possibilitando o acesso ao microcrédito, mesmo na ausência de garantias tradicionais, o fundo de aval está em fase de regulamentação com previsão de início em 2024. Em 2023, o Programa Nossocrédito completou 20 anos de existência. Ao longo de duas décadas, o programa tem demonstrado sua importância e solidez, fornecendo suporte financeiro crucial para as micro e pequenas empresas no Espírito Santo. Essa marca é um testemunho do compromisso contínuo em promover o desenvolvimento econômico e social da nossa região.

O BANESTES criou nesse ano, a linha Crédito Verde, disponibilizando crédito para a aquisição de bens com maiores índices de eficiência energética ou que contribuam para a redução de emissão de gases do efeito estufa, com o objetivo de estimular o crescimento sustentável e responsável de nossos clientes.



Por meio dessa linha de crédito, os clientes pessoa física podem financiar até 100% de veículos automotores híbridos e elétricos e, ainda, financiar a aquisição de sistemas geradores de energia limpa e renovável, como a energia solar ou eólica podendo custear, inclusive, os serviços de instalação necessários.

Com a criação do CrescerCidadES, em 2023, o BANESTES disponibilizou uma linha de crédito com as melhores condições do mercado para que os municípios capixabas realizem investimentos em infraestrutura para melhorar a qualidade de vida do cidadão, sendo vedada a aplicação dos recursos oriundos do financiamento nas despesas correntes do município.

Por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), o Banco realizou em 2023 mais de 2,5 mil operações com o montante de R\$ 133 milhões para as micro e pequenas empresas, bem como, para atendimento aos profissionais liberais.

Diante da estratégia de expansão do BANESTES para fora do Estado do Espírito Santo, o banco firmou parceria com a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto/SP para atuar como agente arrecadador de todos os impostos e taxas do município, com a emissão de aproximadamente 4 milhões de guias de cobrança no ano de 2023.

O crescimento da quantidade de transações Pix no BANESTES tem sido significativo e confirma a gradativa e forte adesão ao meio de pagamento, desde que foi lançado em 2020, demonstrando a importância, a praticidade e a facilidade que esse tipo de transação trouxe ao mercado, tendo em vista que permite o recebimento e o envio de valores, bem como pagamentos a qualquer hora do dia e em qualquer dia da semana, inclusive finais de semana e feriados. Em 2023, o BANESTES registrou um aumento de 43,0% no volume de transações de recebimento de Pix em relação a 2022. Quanto ao envio de Pix, o BANESTES registrou um crescimento de quase 50,0% em relação ao ano anterior.

Trazendo impacto social para os municípios e para o estado do Espírito Santo, o BANESTES pagou, em 2023, um montante de R\$ 105 milhões em programas sociais, sendo aproximadamente 74,0% referentes aos benefícios estaduais e os outros 26,0% de benefícios municipais. No acumulado do ano de 2023 foram pagos mais de R\$ 78 milhões em benefícios do governo do Estado e cerca de R\$ 27 milhões de prefeituras. A operacionalização desses pagamentos demonstra a constante busca da Instituição em atingir sua função social estabelecida.

Em relação às iniciativas de *marketing*, foram investidos cerca de R\$ 11 milhões em projetos distribuídos por todo o Espírito Santo em, um total de 133 patrocínios, seja por meio de recursos diretos, ou por meio de Leis de Incentivo (renúncia fiscal).

Os patrocínios ao Carnaval de Vitória, a Festa da Penha e o Festival Internacional de Inverno de Música Erudita e Popular de Domingos Martins foram o destaque em investimento direto. Os três eventos juntos alcançaram um público estimado de 800 mil pessoas, principalmente por conta da transmissão ao vivo pela TV Gazeta, que possui a maior cobertura do Estado do Espírito Santo.

Com relação a patrocínios de negócios, com aproveitamento comercial e considerável visibilidade da marca BANESTES, foram destaques em 2023: Feira dos Municípios Capixabas 2023, Encontro da Associação Capixaba dos Institutos de Previdência, Momento Negócio da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Vitória, Cachoeiro Stone Fair, Super Feira ACAPS Panshow, Salão do Imóvel ADEMI, entre outros. Outra modalidade de patrocínio que contou com investimento BANESTES em 2023 foram os projetos aprovados na Lei *Rouanet* de Incentivo à Cultura do Governo Federal. Como exemplos, o espetáculo Marien Calixte Jazz Festival no Parque Cultural Casa do Governador, o Festival de Cinema de Vitória e a Festa de São Benedito do Município de Serra, que aconteceram na região da Grande Vitória e reuniram centenas de milhares de pessoas.

Na área esportiva, o BANESTES manteve em 2023 parcerias oficiais de patrocínio, com a Federação de Futebol do Estado do Espírito Santo – Campeonato Capixaba e Campeonato Brasileiro Série D. O Banco alcançou mais uma vez as metas estabelecidas, com retorno de mídia espontânea e em ações de relacionamento com públicos estratégicos, o que garantiu excelente retorno sobre o investimento. Dessa forma, o BANESTES apoiou projetos ligados à cultura e ao esporte, projetos de responsabilidades socioambiental, além de patrocinar iniciativas voltadas para a defesa dos direitos e da qualidade de vida das crianças e adolescentes, bem como o combate ao uso de mão de obra infantil, fortalecendo seu compromisso junto à comunidade, que seguem as diretrizes da Política de Patrocínios da Instituição.

No âmbito da publicidade, foram investidos quase R\$ 10 milhões no ano de 2023, o maior aporte de recursos desta natureza do BANESTES – em campanhas macro, com TV e rádio inclusas, bem como em campanhas menores, apenas usando redes sociais e impulsionamentos *online*. O BANESTES apresentou aos capixabas as campanhas publicitárias sobre os produtos: Zera Dívida, Novo APP, Arrecadação de IPTU em São José do Rio Preto, Crédito Imobiliário, Crédito Consignado, Aniversário BANESTES, Fundo de Investimentos DTVM, Crédito Verde, Crédito Rural, Golpes Bancários, GPTW 2023 e Banescard Visa Natal. As campanhas publicitárias da Seguradora (Vai Tranquilo) e a campanha Institucional de fim de ano “Somos Azul” também foram usadas para reforçar a imagem do Banco junto aos capixabas.

Em 2023, destinamos R\$ 186 milhões ao acionista controlador (Estado do Espírito Santo) sob a forma de dividendos e juros sobre capital próprio. Esse valor retorna à sociedade capixaba conforme as prioridades de investimentos definidas no orçamento estadual.

#### **4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS**

O BANESTES mantém constantemente o aprimoramento de sua gestão de riscos por meio de controles que buscam identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar riscos intrínsecos às atividades bancárias, de modo a otimizar o capital dos acionistas com a melhor relação risco/retorno. Possui uma diretoria específica de gestão de riscos e controles internos, subordinada diretamente à Presidência e há áreas designadas para gestão e avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, entre outros, além de promover a gestão da continuidade dos negócios, da Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destrução em Massa – PLD-FTP.

Considerando as exigências associadas à estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital normatizadas pela Resolução CMN nº 4.557, o BANESTES adota uma gestão integrada de riscos, com a indicação do Diretor de Riscos e Controle como o responsável pelo gerenciamento dos riscos do Conglomerado Prudencial (*CRO - Chief Risk Officer*). Além disso, possui o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital para assessoramento e recomendações ao Conselho de Administração acerca dos níveis de apetite por riscos, das políticas e das estratégias para o gerenciamento de riscos individuais e integrados, bem como a prática de três linhas, com papéis e responsabilidades definidos nos processos de controles internos e riscos operacionais, sendo prática institucional a disseminação corporativa da cultura de gerenciamento de riscos e *compliance*, com a realização de treinamentos, trilhas de aprendizagem, palestras e divulgação na intranet para formação e conscientização dos seus colaboradores.

Conta com comitês, procedimentos normatizados e controles internos de acordo com a legislação brasileira e demais diretrizes de órgãos, que regulam sobre a Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destrução em Massa – PLD-FTP e o combate à corrupção. Sobre o tema, implantou o Programa de Integridade BANESTES, adotando ações, procedimentos e controles para prevenção à corrupção e combate à prática de atos ilícitos e/ou de improbidade na condução dos processos e negócios no âmbito de atuação do BANESTES. Além disso, possui um canal de comunicação com a área de PLD-FTP: [prevencaolavagemdinheiro@banestes.com.br](mailto:prevencaolavagemdinheiro@banestes.com.br).

A Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração é responsável por avaliar os processos corporativos com o objetivo de aprimorar o gerenciamento de riscos, os controles e a governança corporativa, atuando no âmbito do Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD) na 3ª linha e contribuindo para a geração de valor para o SFB.

Na análise gerencial do risco social, ambiental e climático, é realizada uma avaliação mensal dos clientes pessoa jurídica que se enquadram nas atividades econômicas de maior potencial para causar danos. Nessa avaliação, é realizado um monitoramento da concentração de exposições e da inadimplência dos setores de atuação dos clientes. Essa análise tem como objetivo mitigar eventuais perdas de natureza social, ambiental e climática nos empréstimos, financiamentos e investimentos, a partir da identificação de possíveis eventos dessas naturezas que possam ocorrer com o cliente.

O BANESTES apresenta seu “Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3” disponível, em seu site, na seção Relações com Investidores, Governança Corporativa e Gerenciamento de Riscos ([www.banestes.com.br/ri](http://www.banestes.com.br/ri)). Dessa forma, o Banco assegura transparência ao mercado e ao público em

geral.

No que se refere a proteção de dados, o SFB apresenta um Programa de Proteção de Dados com seu conjunto de medidas e boas práticas que buscam conformidade à legislação responsável. Dentre algumas das medidas e boas práticas, destacamos a adequação de sua infraestrutura à LGPD, assim como a Análise de Riscos de Privacidade com a implementação de uma nova plataforma que dentre outras funções atuará no mapeamento e classificação de dados para elaboração do diagnóstico e análise do risco de privacidade. Os contratos elaborados no SFB também seguem em constante análise, conferindo a ele cláusulas protetivas para mitigar a exposição e os potenciais prejuízos gerados com o uso não autorizado dos dados pessoais. Contamos ainda, com um Plano de Comunicação que busca comunicar oportunamente todas as políticas, procedimentos e boas práticas relacionadas à privacidade, assim como também mantém canal oficial para assuntos relacionados à LGPD, no endereço [protecaodedados@banestes.com.br](mailto:protecaodedados@banestes.com.br).

## 5. EMPRESAS CONTROLADAS

No acumulado do exercício de 2023, a BANESTES Seguros, atingiu o marco de R\$ 34,2 milhões de lucro líquido, garantindo um retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) de 21,0% e sendo responsável por 9,2% do resultado consolidado do SFB. Isso está relacionado a sua constante busca por inovação na criação de produtos e fechamento de importantes parcerias. O crescimento em produtividade com prêmio ganho foi de 31,0%, com destaque para as carteiras de automóvel com incremento de 50,3%, e a de vida com incremento de 16,2%, em relação ao exercício de 2022. A BANESTES Seguros é uma das 50 maiores seguradoras do Brasil, de acordo com o *ranking* anual Valor 1000, na edição de 2023 do jornal Valor Econômico e pelo anuário Finanças Mais – edição 2023, do jornal “O Estado de São Paulo”, quando se trata de vida e previdência. No mercado capixaba, a Seguradora é líder e tem seus produtos comercializados na rede de agências BANESTES e em parceria com cerca de 400 corretoras de seguros do Estado. A empresa segue em busca de oferecer o melhor atendimento, a proteção completa e eficiente de seus segurados e, por isso, investe em inovação e gestão de projetos sustentados por iniciativas de infraestrutura e governança em tecnologia da informação. Assim, a Seguradora reconhece talentos, investe no desenvolvimento de sua liderança interna, incentiva mudanças em sua cultura organizacional e busca a constante redução de suas despesas administrativas.

A BANESTES Corretora é responsável pela administração e corretagem de seguros dos diversos ramos e pela intermediação de títulos de capitalização, plano odontológico, planos de previdência privada e consórcio. Busca sempre estabelecer parcerias no mercado de seguros, aberta às possibilidades, dentro do mercado competitivo. No quarto trimestre de 2023 junto à BANESTES Seguros, houve a emissão do volume de prêmios com receitas de R\$ 2,2 milhões para seguro Auto, R\$ 1,5 milhão para seguros residenciais, R\$ 664 mil nos seguros empresariais e R\$ 3,5 milhões para acidentes pessoais (BAP). No ramo dos seguros de vida, a marca alcançada foi de R\$ 230 mil. Em parceria com a ICATU, obteve-se uma venda de R\$ 3,1 milhões em títulos de capitalização, enquanto ocorre um volume de vendas de previdência de R\$ 1,6 milhão para planos com pagamentos mensais/aumento e R\$ 53 milhões em aportes e portabilidades, marcando um aumento no volume de aportes e portabilidades realizadas desde o ano passado, alcançando um crescimento para a carteira de previdência superior a 15,0%. A parceria com a administradora de consórcios Embrakon foi fundamental para uma efetivação de vendas no trimestre de R\$ 20,6 milhões, crescendo em comparação ao ano anterior em 55,0%. Houve uma variação geral do ano de 2023 de 22,0% com relação ao exercício anterior.

A BANESTES DTVM atua profissionalmente na gestão de ativos e na administração de recursos de terceiros nos mercados de renda fixa e variável. Conta com uma equipe experiente, técnica e especializada oferecendo produtos e serviços diferenciados aos seus clientes, conforme o seu perfil de investimento. A DTVM propicia investimentos em fundos de renda fixa, fundo incentivado de investimento em infraestrutura, multimercados, de ações e estruturado. Possui, sob o *ticker* “BCRI11”, o BANESTES Recebíveis Imobiliários, que é um fundo de investimento imobiliário negociado em bolsa de valores, que conta com a confiança de mais de 46 mil cotistas. No último trimestre de 2023 a BANESTES DTVM lançou cinco novos fundos de investimento com o propósito de agregar novas opções de investimento aos seus clientes e diversificar o *portfólio* da gestora alcançando novos públicos. No encerramento do ano de 2023, o volume total de recursos sob gestão foi de R\$ 6,7 bilhões, tendo um lucro líquido apurado em R\$ 12,2 milhões, quando se exclui o resultado em controladas e, R\$ 37,8 milhões quando somado ao resultado de sua controlada BANESTES Corretora. O resultado consolidado representa um crescimento de 21,2% em relação ao resultado do mesmo período de 2022.



---

## **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores do BANESTES, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício de 2023.

## **SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS**

O BANESTES informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 1º de abril de 2022, via processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/16, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o BANESTES se submete por ser sociedade de economia mista controlada diretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no exercício de 2023.

## **AGRADECIMENTOS**

A Administração do BANESTES agradece aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros que empreendem esforço contínuo e acreditam na Instituição, tornando possível a construção de um Banco cada vez mais sólido e rentável, alinhado às expectativas da sociedade capixaba.

---

**ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS**

<b>1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO</b>	<b>2</b>
<b>2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO</b>	<b>3</b>
<b>3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>4</b>
<b>4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5</b>
<b>5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>6</b>

## 1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Disponibilidades e Reservas no Banco Central	9	1.264.095	1.162.790
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através do Resultado	5-7-10	423.311	627.970
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas	5-7-10	19.926.725	14.620.626
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		19.926.725	14.620.626
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas	5-8-10-11	18.378.519	19.080.436
Créditos a Instituições Financeiras		2.599.165	5.119.183
Empréstimos e Recebíveis		9.039.165	7.574.347
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		6.740.189	6.386.906
Operações de Seguros		25.556	18.753
Outros Ativos	13	621.621	520.544
Ativos Fiscais Diferidos	12	328.940	313.377
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	63.819	61.598
Ativos Imobilizados e de Arrendamentos	15	163.741	152.302
Ativos Intangíveis	16	216.673	180.261
<b>Total do Ativo</b>		<b>41.413.000</b>	<b>36.738.657</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Recursos de Instituições Financeiras - Ao Custo Amortizado	7-8-17	14.642.959	12.573.327
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	7-8-18	22.383.278	20.180.305
Títulos de Dívida Emitidos - Ao Custo Amortizado	7-8-19	679.925	417.257
Passivos de Impostos Correntes		3.252	2.795
Passivos de Operações de Seguros		2.373	3.362
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	22a	16.991	14.300
Passivos para Sinistros Ocorridos	22b	39.665	51.290
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	22c	8.951	8.902
Provisões	20	176.006	184.624
Outros Passivos	21	1.301.389	1.284.408
Passivos Fiscais Diferidos	12a	37.393	25.667
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	36	1.600.000	1.600.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(6.116)	(11.033)
Reservas de Lucros		526.934	403.453
Patrimônio Líquido atribuído aos:			
Acionistas Controladores		2.120.818	1.992.420
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>2.120.818</b>	<b>1.992.420</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>41.413.000</b>	<b>36.738.657</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.



**2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercício	
		31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras		5.131.566	4.737.872
Despesas Financeiras		(3.686.397)	(3.538.253)
<b>Margem Financeira</b>	23	<b>1.445.169</b>	<b>1.199.619</b>
Receitas de Prestação de Serviços e Comissões		330.424	353.255
Despesas de Prestação de Serviços e Comissões		(160.992)	(122.792)
<b>Resultado de Prestação de Serviços e Comissões</b>	24	<b>169.432</b>	<b>230.463</b>
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através do Resultado	25	(878)	(192)
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes	26	(9)	46.919
Resultado de Seguros e Previdência	27	145.589	101.188
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial	28	62	34
Resultado Líquido de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	29	(307.172)	(139.215)
Despesa de Pessoal	30	(524.749)	(492.221)
Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado		19.377	13.768
Provisões	31	(38.372)	(49.855)
Despesas Tributárias	32	(109.670)	(101.027)
Outras Despesas Administrativas	33	(326.261)	(290.532)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	34	(39.789)	(11.994)
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>		<b>432.729</b>	<b>506.955</b>
Impostos Correntes	12	(116.279)	(174.187)
Impostos Diferidos	12	7.353	11.874
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	35	<b>323.803</b>	<b>344.642</b>
<b>Resultado do Período Atribuível aos:</b>			
Acionistas Controladores		323.803	344.642
<b>Quantidade de Ações Média em Circulação (em lote de Mil)</b>		<b>315.912</b>	<b>315.912</b>
Ações Ordinárias		231.006	231.006
Ações Preferenciais		84.906	84.906
<b>Resultado por Ação Básico e Diluído (em R\$)</b>	35	<b>1,02</b>	<b>1,09</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

**3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**  
 Em milhares de reais

	Notas	Exercício	
		31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>323.803</b>	<b>344.642</b>
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado</b>			
	<b>10</b>	<b>4.917</b>	<b>(1.794)</b>
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes	10	6.775	46.535
Ganho (Perda) Transferido ao Resultado por Alienação		(9)	(46.919)
Efeito em Impostos	10	(1.849)	(1.410)
<b>Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquidos dos Impostos</b>		<b>4.917</b>	<b>(1.794)</b>
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>		<b>328.720</b>	<b>342.848</b>
<b>Resultado Abrangente do Exercício Atribuível aos:</b>			
Acionistas Controladores		328.720	342.848

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

**4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.600.000</b>	<b>244.117</b>	<b>(9.239)</b>	<b>-</b>	<b>1.834.878</b>
<b>Transações de Capital com os Sócios</b>	<b>-</b>	<b>(339)</b>	<b>-</b>	<b>(184.967)</b>	<b>(185.306)</b>
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	(339)	-	(184.967)	(185.306)
<b>Resultado Abrangente Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.794)</b>	<b>344.642</b>	<b>342.848</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	344.642	344.642
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.794)</b>	<b>-</b>	<b>(1.794)</b>
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	(1.794)	-	(1.794)
<b>Mutações Internas do Patrimônio Líquido</b>	<b>-</b>	<b>159.675</b>	<b>-</b>	<b>(159.675)</b>	<b>-</b>
Constituição de Reservas	-	159.675	-	(159.675)	-
Outras Movimentações	-	-	-	-	-
<b>Saldos Finais em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.600.000</b>	<b>403.453</b>	<b>(11.033)</b>	<b>-</b>	<b>1.992.420</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.600.000</b>	<b>403.453</b>	<b>(11.033)</b>	<b>-</b>	<b>1.992.420</b>
<b>Transações de Capital com os Sócios</b>	<b>-</b>	<b>1.000</b>	<b>-</b>	<b>(201.322)</b>	<b>(200.322)</b>
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	1.000	-	(201.322)	(200.322)
<b>Resultado Abrangente Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.917</b>	<b>323.803</b>	<b>328.720</b>
Lucro Líquido do Período	-	-	-	323.803	323.803
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.917</b>	<b>-</b>	<b>4.917</b>
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	4.917	-	4.917
<b>Mutações Internas do Patrimônio Líquido</b>	<b>-</b>	<b>122.481</b>	<b>-</b>	<b>(122.481)</b>	<b>-</b>
Constituição de Reservas	-	122.481	-	(122.481)	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-
<b>Saldos Finais em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.600.000</b>	<b>526.934</b>	<b>(6.116)</b>	<b>-</b>	<b>2.120.818</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.



### 5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

#### EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Notas	Exercício	
		31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
<b>Caixa Líquido Proveniente de Atividades Operacionais</b>		<b>107.287</b>	<b>5.441.158</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício Ajustado</b>		<b>(2.136.922)</b>	<b>(1.093.025)</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>323.803</b>	<b>344.642</b>
<b>Ajustes ao Lucro</b>		<b>(2.460.725)</b>	<b>(1.437.667)</b>
Depreciação e Amortização	15-16	80.318	79.237
Resultado líquido de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros		307.172	139.215
Ajuste no Resultado de Ativos Mensurados a Valor Justo através do Resultado		(1.271)	(738)
Ajuste de Receitas Financeiras em Ativos Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes		(2.143.701)	(1.079.883)
Ajuste de Receitas Financeiras Mensurados ao Custo Amortizado		(831.148)	(788.222)
Ajuste Despesa de Juros de Arrendamento		4.798	3.619
Ajuste de Provisão - Passivos Trabalhistas, Civil e Fiscais		38.261	49.891
Ajuste de Provisão - Outras		(24.080)	(3.099)
Despesas de Impostos Correntes		116.279	174.187
Despesas com Impostos Diferidos		(7.353)	(11.874)
<b>Varição Líquida nos Ativos e Passivos</b>		<b>2.244.209</b>	<b>6.534.183</b>
Crédito a Instituições Financeiras - Custo Amortizado		(112.887)	6.124.604
Reservas no Banco Central		(120.511)	(155.832)
Aumento/Redução de Instrumentos de Dívida e Patrimônio		(52.629)	229
Empréstimos e Recebíveis		(1.768.836)	(1.697.728)
Operações de Seguros		(6.805)	(9.538)
Outros Ativos		(98.500)	(71.662)
Depósitos de Clientes		2.202.972	1.884.697
Recursos de Instituições Financeiras		2.069.631	279.424
Títulos de Dívida Emitidos		262.668	192.823
Impostos Pagos		(112.306)	(174.099)
Passivos de Operações de Seguros		(989)	(5.501)
Provisões Técnicas de Seguros e Previdência		-	-
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros		2.691	6.602
Passivos para Sinistros Ocorridos		(11.625)	19.840
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos		49	495
Passivo de Arrendamento		(10.666)	(8.580)
Outros Passivos e Provisões		1.952	148.409
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			
<b>Caixa Líquido Proveniente das (Utilizado nas) Atividades de Investimento</b>		<b>(2.560.077)</b>	<b>(6.351.275)</b>
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes		(4.267.587)	(20.194.207)
Alienação de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes		865.147	13.177.124
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(355.310)	(756.199)
Resgate de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		891.345	1.113.395
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	(32.331)	(20.580)
Baixa de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	25.812	30.072
Aquisição de Ativos de Arrendamento	15	(23.605)	(21.642)
Baixa de Ativos de Arrendamento	15	4.439	3.995
Aquisição de Ativos Imobilizados	15	(78.355)	(42.537)
Baixa de Ativos Imobilizados	15	45.512	23.998

Aquisição de Ativos Intangíveis	16	(76.198)	(67.526)
Baixa de Ativos Intangíveis	16	39	694
Juros Recebidos		441.015	402.138
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</b>			
<b>Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamento</b>		<b>(199.322)</b>	<b>(184.307)</b>
Juros Sobre o Capital Próprios Pagos		(142.322)	(184.307)
Dividendos Pagos		(57.000)	-
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(2.652.112)</b>	<b>(1.094.424)</b>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	4.466.252	5.560.676
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	1.814.140	4.466.252

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

**ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**

<b>1. CONTEXTO OPERACIONAL</b>	<b>9</b>
<b>2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS</b>	<b>9</b>
<b>3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS</b>	<b>11</b>
<b>4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS</b>	<b>24</b>
<b>5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS</b>	<b>26</b>
<b>6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS</b>	<b>37</b>
<b>7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS</b>	<b>38</b>
<b>8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO</b>	<b>39</b>
<b>9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL</b>	<b>39</b>
<b>10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>40</b>
<b>11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS</b>	<b>43</b>
<b>12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS</b>	<b>44</b>
<b>13. OUTROS ATIVOS</b>	<b>45</b>
<b>14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA</b>	<b>46</b>
<b>15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS</b>	<b>46</b>
<b>16. ATIVOS INTANGÍVEIS</b>	<b>47</b>
<b>17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO</b>	<b>47</b>
<b>18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO</b>	<b>48</b>
<b>19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO</b>	<b>48</b>
<b>20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES</b>	<b>48</b>
<b>21. OUTROS PASSIVOS</b>	<b>50</b>
<b>22. OPERAÇÕES DE SEGUROS</b>	<b>50</b>
<b>23. MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>51</b>
<b>24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES</b>	<b>52</b>
<b>25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO</b>	<b>52</b>
<b>26. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>52</b>
<b>27. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDENCIA</b>	<b>53</b>
<b>28. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO E VARIAÇÃO CAMBIAL</b>	<b>53</b>
<b>29. RESULTADO DE PERDAS COM <i>IMPAIRMENT</i> DE ATIVOS FINANCEIROS</b>	<b>53</b>
<b>30. DESPESAS DE PESSOAL</b>	<b>53</b>
<b>31. PROVISÕES</b>	<b>54</b>
<b>32. DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>54</b>
<b>33. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>54</b>
<b>34. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>55</b>
<b>35. RESULTADO POR AÇÃO</b>	<b>55</b>
<b>36. PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>55</b>
<b>37. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>57</b>
<b>38. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS</b>	<b>58</b>
<b>39. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS</b>	<b>61</b>
<b>40. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO</b>	<b>62</b>
<b>41. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>63</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

Referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("BANESTES", "Banco", "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista constituída e domiciliada no Brasil. Organizado sob a forma de Banco Múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, câmbio, arrendamento mercantil e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., atua ainda nos ramos de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- a. **Base de preparação** - As demonstrações financeiras consolidadas do Sistema Financeiro BANESTES (SFB) referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, em atendimento à Resolução n.º 4.818/2020, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a elaboração dessas demonstrações. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2024 (Nota 42).
- b. **Moeda Funcional e de Apresentação** - As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Sistema Financeiro BANESTES. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.
- c. **Base para Consolidação**  
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., de suas empresas controladas diretas e indiretas.

Empresas Controladas são instituições nas quais o BANESTES exerce controle; essa possibilidade é presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto na investida ou, ainda poderá existir controle quando o Banco possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades.

No caso do BANESTES, as empresas controladas são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as instituições. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).



Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação%	
			31/12/2023	31/12/2022
<b>Entidades Financeiras no País</b>				
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100%	100 %
<b>Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País</b>				
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100%	100 %
Fundo BANESTES VGBL(*)	Fundos	Integral	-	100 %
<b>Entidades Não Financeiras no País</b>				
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg.Prev. e Capitalização	Integral	99,99%	99,99%

(\*)O Fundo de Investimento BANESTES VGBL Renda Fixa foi encerrado na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) em 26/12/2022.

**d. Adoção de Novas Normas e Interpretações** – a partir de 01 de janeiro de 2023 as seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez:

- **Alterações ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Financeiras"**: O termo "políticas contábeis significativas" foi substituído por "políticas contábeis materiais". Essa mudança esclarece o que constitui uma informação de política contábil material e estabelece que informações imateriais não precisam ser divulgadas, mas caso sejam divulgadas, não podem obscurecer as informações contábeis relevantes. Além disso, o "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também atualizado, fornece orientação sobre a aplicação do conceito de materialidade às divulgações de política contábil. Essa alteração não causa impacto ao BANESTES.
- **Alteração ao IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**: esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para o BANESTES.
- **Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o Lucro**: requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento), como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para o BANESTES.
- **IFRS 17 - Contratos de Seguros**: A partir de 1º de janeiro de 2023 o SFB adotou o Pronunciamento IFRS 17, que substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguros e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O Banestes avaliou e concluiu que o impacto da adoção da IFRS 17 é imaterial.

A seguir, apresentamos as reclassificações e mensurações ocorridas no período inicial de adoção da norma IFRS 17:

**Em 01 de janeiro de 2022:**

Classificação IFRS 4	Saldo em 31/12/2021 IFRS 4	Reclassificações Remensurações	Saldo em 01/01/2022 IFRS 17
<b>ATIVO</b>			
Operações de Seguros	36.985	(27.773)	9.212
Outros Ativos	463.790	(12.466)	451.324
Ativos fiscais Diferidos	277.143	(1.142)	276.001
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>34.050.130</b>	<b>(41.381)</b>	<b>34.008.749</b>
<b>PASSIVO</b>			
Passivos de Operações de Seguros	12.467	(10.464)	2.003
Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	86.728	(79.868)	6.860
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	-	7.697	7.697
Passivos para Sinistros Ocorridos	-	31.450	31.450
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	-	8.409	8.409
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.833.483</b>	<b>1.395</b>	<b>1.834.878</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>34.050.130</b>	<b>(41.381)</b>	<b>34.008.749</b>

**Em 31 de dezembro de 2022:**

Classificação	Saldo em 31/12/2022 IFRS 4	Reclassificação Remensuração	Saldo em 31/12/2022 IFRS 17
<b>ATIVO</b>			
Operações de Seguros	87.875	(69.124)	18.751
Outros Ativos	544.248	(23.704)	520.544
Ativos Fiscais Diferidos	313.538	(161)	313.377
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>36.831.644</b>	<b>(92.989)</b>	<b>36.738.655</b>
<b>PASSIVO</b>			
Passivos de Operações de Seguros	15.727	(12.365)	3.362
Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	155.357	(155.357)	-
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	-	14.300	14.300
Passivos para Sinistros Ocorridos	-	51.290	51.290
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	-	8.902	8.902
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.992.179</b>	<b>241</b>	<b>1.992.420</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>36.831.644</b>	<b>(92.989)</b>	<b>36.738.655</b>

**Em 31 de dezembro de 2022:**

Classificação	Saldo em 31/12/2022 IFRS 4	Reclassificação Remensuração	Saldo em 31/12/2022 IFRS 17
Resultado de Seguros e Previdência	103.323	(2.135)	101.188
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>	<b>509.090</b>	<b>(2.135)</b>	<b>506.955</b>
Impostos Diferidos	10.893	981	11.874
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>345.796</b>	<b>(1.154)</b>	<b>344.642</b>

- IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** A falta de conversibilidade de uma moeda pode tornar desafiador determinar uma taxa de câmbio apropriada. Essa falta de conversibilidade é muitas vezes resultado de controles cambiais governamentais que restringem a troca ou volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entenderem os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banestes está atualmente avaliando os impactos que essa alteração terá.
- e. Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes**
  - Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Financeiras":** Esclarece que os passivos devem ser classificados como circulantes ou não circulantes com base nos direitos existentes no final do período. Essa classificação não é influenciada pelas expectativas da entidade ou eventos ocorridos após a data do relatório. Essa alteração entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e não deve causar impactos significativos nas demonstrações financeiras do BANESTES.
  - Alteração ao IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** O IASB passa a exigir que as entidades forneçam informações sobre acordos financeiros com fornecedores, permitindo que os usuários das demonstrações financeiras avaliem seus efeitos no passivo, nos fluxos de caixa e na exposição ao risco de liquidez. Essa alteração entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.
  - Alteração ao IFRS 16 – Arrendamentos:** Esclarece os critérios adotados pelo vendedor-arrendatário na avaliação da responsabilidade de locação originada de uma transação de *sale and leaseback*, assegurando que o vendedor-arrendatário não registre qualquer valor do ganho ou perda associado ao direito de uso mantido. A alteração entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.
  - Alteração ao IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** Essa alteração diz respeito a moedas não conversíveis, esclarecendo como as entidades devem avaliar a facilidade de conversão de uma moeda e determinar uma taxa de câmbio à vista quando a conversão é difícil. Além disso, exige a divulgação de informações para permitir que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos de uma moeda não conversível. Essa mudança entra em vigor em 1º de janeiro de 2025 e não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

**3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do SFB.

**a. Transações em Moeda Estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são atualizados para Reais (R\$) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado como “Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial”.

**b. Caixa e Equivalentes de Caixa**

O SFB define caixa e equivalentes de caixa como as disponibilidades (que compreendem caixa e contas correntes em bancos) e as aplicações interfinanceiras de liquidez (posição bancada com conversibilidade imediata), com vencimentos originais em até três meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gestão de caixa.

As receitas de juros das aplicações interfinanceiras de liquidez são reconhecidas no resultado como “Receitas Financeiras”.

**c. Ativos e Passivos Financeiros**

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

**c.1. Reconhecimento inicial****• Data de reconhecimento**

Um ativo ou passivo financeiro, é reconhecido no balanço patrimonial quando o SFB se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os créditos a clientes são reconhecidos quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao SFB.

**• Mensuração inicial dos instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da categoria em que foram classificados.

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais (analisados através da aplicação de teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado pelo SFB no gerenciamento de seus instrumentos.

**• Avaliação do modelo de negócio**

O grupo realiza a avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem foco na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxas de juros, a correspondência entre a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou realização dos fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo de todos os ativos do grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com o desempenho avaliados com base no valor justo são mensurados com base no valor justo por meio do resultado.

- **Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

## **c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros**

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

### *1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado*

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativos para obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamento de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera a redução ao valor recuperável de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial).

### *2. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio*

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O SFB pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado.

O SFB designou ao valor justo através de outros resultados abrangentes instrumentos de patrimônio representados por cotas de fundos de investimentos. O valor justo desses investimentos é de R\$ 26.842 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 33.943 em 31 de dezembro de 2022).

### *3. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida*

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.



Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- (i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- (ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado da redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados na demonstração consolidada do resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na Nota 3.e.

#### 4. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos ao valor justo através do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

Além disso, de acordo com o IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período a medida em que são apurados.

### **c.3. Reclassificação de instrumentos financeiros**

O SFB não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Não houve reclassificação de ativos e passivos financeiros no período.

### **c.4. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

#### 1. *Desreconhecimento de ativos financeiros*

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o SFB transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou (ii) o SFB não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido.

Além disso, o desreconhecimento é feito pelo SFB quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, momento em que, substancialmente, se esgota todos os esforços de recuperação.

#### 2. *Desreconhecimento de passivos financeiros*

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

### **d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

#### **d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas**

O SFB reconhece a provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, operações de compra com

compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros”. Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a *impairment* de acordo com o IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do SFB para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na Nota 5.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na Nota 5.

O SFB estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na Nota 5.

Baseado nesse processo, o SFB distribui seus ativos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: instrumentos financeiros ativos que não tiveram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: instrumentos financeiros ativos que tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos (inadimplentes). O SFB registra uma provisão para PE Vida.

## **d.2. Cálculo das perdas esperadas**

O SFB calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperado. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- (i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- (ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um “fator de conversão de crédito” que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.
- (iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na Nota 5.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- (i) Estágio 1: O SFB calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada.
- (ii) Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o SFB reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs são estimadas ao longo da vida do instrumento.
- (iii) Estágio 3: para operações consideradas como ativos problemáticos, o SFB reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD é determinada em 100%.

- (iv) Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o SFB estima a parcela do limite concedido que será utilizado em 12 meses. A PE é então baseada no valor esperado de utilização dos limites concedidos aos clientes.

#### **d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial**

Dentre os produtos do SFB inclui a concessão de limites de crédito pela emissão de cartões de crédito e cheque especial, onde o SFB possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O SFB não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do SFB em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

A taxa de juros utilizada para descontar a PE de cartões de crédito é baseada na taxa de juros média que se espera cobrar ao longo do período estimado de exposição aos limites. Essa estimativa leva em consideração que uma parte dos limites utilizados serão pagos na sua totalidade a cada mês e, conseqüentemente, não terão juros cobrados.

#### **d.4. Informações prospectivas**

Nos modelos de PE, o SFB utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, sendo elas:

- (i) IPCA;
- (ii) SELIC; e
- (iii) Percentual de operações em atraso no Sistema Financeiro Nacional.

O SFB realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O SFB considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

#### **d.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolio* – LDP)**

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o SFB utiliza classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O SFB pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o SFB considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, o IFRS 9 determina que o critério para reconhecer perdas esperadas de crédito para a vida inteira não é atendido se o risco de crédito do ativo seja baixo. Quando o ativo deixa de ter um baixo risco de crédito, os requisitos gerais para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito são aplicáveis.

#### **e. Ativos Não Correntes Mantidos para Venda**

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de bens cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Especificamente, imóveis ou outros ativos não correntes recebidos pelo SFB, em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores, são considerados como ativos não correntes destinados à venda e sua alienação ocorre com a execução de leilões.

Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor

contábil na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

As desvalorizações dos bens destinados à venda, como resultado de perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas como “Outras Despesas” no resultado. As valorizações decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às desvalorizações previamente reconhecidas, inclusive aquelas por redução ao valor recuperável anterior à classificação como “Ativos Não Correntes Mantidos para Venda”.

## f. Ativos Imobilizados

### f.1. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de avaliação menos a depreciação acumulada e redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. *Software* adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração consolidada do resultado como “Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado”.

### f.2. Custos Subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o SFB e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos em contrapartida ao resultado à medida que são incorridos.

### f.3. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2023 e 2022
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos
Contratos de direito de uso (Arrendamentos)	De acordo com o prazo dos contratos (3 a 20 anos)

## g. Ativos Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física. São decorrentes basicamente da aquisição de *softwares* que são capazes de gerar benefícios econômicos para o SFB. Esses *softwares* são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente na demonstração consolidada do resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo SFB é de cinco anos.

## h. Operações de Arrendamento

### h.1 Arrendatário

#### Identificação de arrendamento

Na celebração de um contrato, o BANESTES deve avaliar se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.



**Prazo do arrendamento**

Para a mensuração do ativo e passivo de arrendamento, o BANESTES determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável desse arrendamento, juntamente com:

- Períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o BANESTES estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

**Mensuração inicial**

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente.

O direito de uso é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não foram efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo BANESTES; e
- A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento.

O BANESTES utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no BANESTES, pelo seu custo de financiamento (*funding*).

**Mensuração subsequente**

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 – Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

**Expediente prático de reconhecimento do arrendamento**

O BANESTES optou, conforme permitido pelo IFRS 16, por não aplicar os requisitos de reconhecimento para contratos de arrendamento que possuem as seguintes condições:

- Contratos de curto prazo (até 12 meses); e
- Contratos em que o ativo subjacente individual é de baixo valor.

Os pagamentos desses contratos são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

**h.2 Arrendador**

Nos contratos em que o BANESTES é o arrendador, realiza-se o reconhecimento inicial dos ativos na conta de “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado – Empréstimos e Recebíveis” do balanço patrimonial consolidado pelo valor equivalente aos investimentos líquidos dos arrendamentos.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido. Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados periodicamente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida em contrapartida à demonstração consolidada do resultado imediatamente.

### **i. Impairment de Ativos Não Financeiros**

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros, exceto ativos de impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para unidades geradoras de caixa que contenham intangíveis sem vida útil, não disponíveis para uso ou ágio, têm o seu valor recuperável calculado ao menos uma vez por ano de forma consistente.

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Outras Receitas/ Outras Despesas”. As perdas por *impairment* reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

No exercício de 2023, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos softwares registrados no patrimônio da Instituição

### **j. Recursos de Instituições Financeiras, Depósitos e Títulos Emitidos**

Os recursos de Instituições Financeiras, depósitos e os títulos emitidos são as principais fontes com que o SFB conta para financiamento de suas operações.

Os depósitos e os títulos emitidos são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

### **k. Operações de Seguros**

O SFB emite contratos a clientes contendo riscos de seguro, através da BANESTES Seguros S.A. Um contrato de seguro é um acordo pelo qual a entidade aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o titular da apólice caso um determinado evento futuro incerto (o evento segurado) afete adversamente o titular da apólice.

A metodologia selecionada para a mensuração dos contratos de seguros da BANESTES Seguros, para a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – Liability for Remaining Coverege), foi a Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA), conhecida como abordagem simplificada. Sob esta abordagem, dispensa-se a projeção da melhor estimativa dos fluxos de caixa dos passivos e assume-se uma abordagem de diferimento linear *pro rata* dos passivos, para os graus de agregação de Riscos Diversos, Automóvel e Pessoas Individual. Para o grupo de Vida Coletivo foi adotada a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – Liability for Remaining Coverege), foi o Modelo Geral (BBA).

Esses critérios foram escolhidos, dado as características de vigências dos riscos, similaridades das carteiras e teste de onerosidade, uma vez que a Seguradora trabalha com apólices anuais e plurianuais.

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo para cobertura remanescente é calculado pelos prêmios recebidos na data do reconhecimento inicial e a Seguradora elegerá reconhecer os fluxos de caixa de aquisição de seguros como despesas quando incorridos.

Posteriormente, o valor contábil do Passivo para Cobertura Remanescente é adicionado os prêmios recebidos no período, diminuído pelo valor reconhecido como receita de seguros para serviços prestados; diminuído pelos fluxos de caixa de custos de aquisição de seguros e acrescido de quaisquer valores relativos à amortização de custos de aquisição reconhecidos como uma despesa.

A BANESTES Seguros espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prêmio relacionado não seja superior a um ano. Consequentemente, conforme permitido pelo IFRS17, a Seguradora ajusta o passivo pela cobertura remanescente de forma a refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro, considerando também os efeitos do prêmio de liquidez.

A Companhia efetuou testes de onerosidade com base em dados históricos da Banestes Seguros e não foram observados portfólios de contratos potencialmente onerosos.

Para os contratos de resseguro será adotada as mesmas políticas contábeis para calcular um grupo de contratos de resseguro, sendo que na data de apresentação do reconhecimento inicial acrescido os valores de Prêmios de Resseguros Líquidos de Comissões a Pagar, diminuído dos valores do ativo de cobertura remanescente (Resseguro Diferido) e posteriormente, o valor contábil do Passivo de Contratos de Resseguros Mantidos, será acrescido das despesas reconhecidas de prêmios de resseguros líquidos de comissões e diminuídos dos prêmios de resseguros líquido de comissões pagos.

Será reconhecido o Passivo para Sinistros Ocorridos (LIC – Liability for Incurred Claims) de um grupo de contratos pelo valor dos fluxos de caixa realizado relacionados aos sinistros incorridos, ou seja, é definido como as obrigações decorrentes da investigação e pagamento de sinistros válidos associados a eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais as reclamações não foram relatadas, e outras despesas de seguro incorridas.

### **APURAÇÃO DO PASSIVO DE SINISTROS OCORRIDOS (LIC)**

As diretrizes do IFRS 17, dispõe que o Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC) estimado deve ser constituído por quatro componentes:

- i) Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa;
- ii) Descontos;
- iii) Ajuste para o Risco Não Financeiro; e
- iv) Margem de Serviço Contratual.

A Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa compreende a projeção das obrigações decorrentes dos contratos de seguros utilizando todas as informações e premissas mais atualizadas à disposição. Os descontos referem-se ao cálculo para trazer a valor presente os fluxos de obrigações. Já o Ajuste para o Risco Não Financeiro se refere à remuneração que a entidade exige para arcar com a incerteza sobre o valor e/ou momento dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro (margem de solvência). A Margem de Serviço Contratual representa o lucro não auferido que a entidade reconhecerá no resultado à medida que os serviços forem prestados.

#### Fluxo de Caixa de Sinistros Ocorridos

As obrigações decorrentes de sinistros ocorridos representam a soma dos sinistros já avisados e dos não avisados e, dessa forma, estimados pela companhia na data-base do cálculo, ou simplesmente os sinistros ocorridos que ainda não foram pagos. Na presente metodologia, optamos por utilizar o método de triângulos de run-off de ocorrência por pagamento dos sinistros e, desta forma, calcular a melhor estimativa dos sinistros finais ocorridos e não pagos (IBNP - Incurred But Not Paid). Este método fundamenta suas aplicações na possibilidade de verificar o desenvolvimento de sinistros estimando o comportamento dos mesmos a partir da experiência da própria Seguradora.

#### Fluxo de Caixa de Despesas Alocáveis (ALAE)

A mesma metodologia descrita acima para os fluxos de sinistros ocorridos é utilizada para a estimação dos fluxos de caixa associados às despesas alocáveis (ALAE). Substituem-se apenas os montantes de sinistros pagos pelo montante de despesas pagas nos triângulos de desenvolvimento.

#### Estrutura a Termo da Taxas de Juros

A norma IFRS 17, estabelece que as entidades seguradoras deverão ajustar as estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estão incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa.

As curvas de juros utilizadas devem:

- refletir o valor do dinheiro no tempo, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro;

- ser consistente com os preços de mercado atuais observáveis (se houver) para instrumentos financeiros com fluxos de caixa cujas características são consistentes com os dos contratos de seguro, como, por exemplo, tempo, moeda e liquidez; e
- excluir o efeito de fatores que influenciam os preços observáveis de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Dadas as condições apresentadas, o normativo permite duas abordagens diferentes para construção das curvas de juros, que em teoria, embora não necessariamente na prática, produzem resultados equivalentes. As duas abordagens são referidas como top-down e bottom-up.

Curvas livres de risco totalmente líquidas são o ponto de partida da abordagem bottom-up. O normativo não define explicitamente a base para derivar a curva livre de risco. No entanto, faz referência a instrumentos negociados que contêm níveis insignificantes de risco de crédito, são altamente líquidos, com preços confiáveis e cubram uma ampla gama de vencimentos, incluindo durações e prazos mais longos. Os dois instrumentos mais comuns com essas características são os títulos do governo ou swaps interbancários. O aspecto mais desafiador dessa abordagem provavelmente é o cálculo do ajuste pelo prêmio de iliquidez estimados a partir de portfólio de ativos e posteriormente transladados para a curva de desconto dos passivos. Esse ajuste de iliquidez é necessário dado que portfólios de contratos de seguro são significativamente menos líquidos do que títulos públicos ou swaps interbancários.

O ponto de partida da abordagem top-down, por outro lado, são os ativos garantidores dos portfólios de contratos da companhia. Preços de mercado dos ativos garantidores são, geralmente, facilmente observáveis, sendo possível, dessa forma, inferir a rentabilidade efetiva da carteira usando um cálculo de taxa interna de retorno aplicado aos fluxos de caixa contratuais. No entanto, essa curva projetada provavelmente não será adequada para o desconto dos passivos segundo o normativo, uma vez que os instrumentos financeiros utilizados como ativos garantidores podem ser diversos e possuir spreads de risco de crédito variados (considerando que esses ativos não são livres de risco e suas rentabilidades devem conter um prêmio pelo risco de contraparte). O prêmio pelo risco de crédito dos títulos, portanto, deveria ser expurgado da curva de desconto para que fosse elegível para descontar a melhor estimativa dos passivos. Esse ajuste pelo risco de crédito, no entanto, não é trivial e constitui o aspecto mais desafiador para a aplicação da abordagem top-down.

No caso do mercado brasileiro, considerando que curvas livres de risco são disponibilizadas pelo Regulador, a abordagem bottom-up tende a ser mais vantajosa para as seguradoras, uma vez que basta adicionar o ajuste pelo prêmio de iliquidez sobre a curva livre de risco. Por outro lado, a utilização da abordagem top-down seria mais trabalhosa, visto que é necessário primeiramente derivar uma curva de juros baseadas nos preços de mercado do portfólio de ativos garantidores do segurador, para depois realizar os necessários ajustes para expurgo dos efeitos do risco de crédito.

Optou-se, portanto, pela utilização da abordagem bottom-up, tendo como ponto de partida a curva de juros nominal pré-fixada divulgada pelo Regulador.

A Seguradora definiu que as estimativas do passivo de sinistros ocorridos (LIC), serão calculadas segregadas em portfólios, considerando também o prêmio de liquidez, quando aplicável.

### **I. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes**

Provisões são reconhecidas quando for provável que uma saída de benefícios econômicos seja requerida para liquidar uma obrigação legal ou presumida, que tenha surgido como resultado de acontecimentos passados, e para a qual uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser calculada.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que decorrem de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. São também considerados passivos contingentes as obrigações presentes decorrentes de eventos passados, mas não reconhecidas em função de não ser provável que um fluxo de saída seja exigido para liquidar tais obrigações, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Passivos contingentes não são reconhecidos, porém são divulgados, a menos que a probabilidade do fluxo de saída de recursos seja remota.

Ativos contingentes são direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando a Administração do SFB entende que sua realização é praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é virtualmente certa ou provável, que devessem ser divulgados.



### **m. Garantias Financeiras**

O SFB emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal de seus negócios bancários. Os passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira e reconhecido na demonstração consolidada do resultado como "Receitas de Prestação de Serviços e Comissões".

Após a emissão dessas garantias, se, com base na melhor estimativa, a Administração concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor e classificada em "Provisões".

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária.

Em 31 de dezembro de 2023, foram constituídas provisões para as garantias financeiras no valor de R\$ 4 (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2022).

### **n. Benefícios a Empregados**

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Instituição, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem:

**n.1.** Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às demonstrações financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

**n.2.** Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo, benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós-emprego. Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pelo SFB de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como "Despesas de Pessoal" na demonstração consolidada do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na Nota 38.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

O IAS 19 que trata de benefícios a empregados, estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego com a extinção do método do corredor no registro da obrigação dos planos, prevendo o reconhecimento integral de passivo líquido decorrente de benefícios definidos, em contrapartida de conta do patrimônio líquido, pertencente ao grupo de "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

**n.3.** Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos

empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

**n.4. Benefícios rescisórios** - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

- (a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou
- (b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

#### **o. Receitas e Despesas de Juros**

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração consolidada do resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos de transação, descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

#### **p. Receitas e Despesas de Prestação de Serviços**

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o SFB fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a instituição espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

#### **q. Impostos sobre o Lucro**

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 20% para instituições financeiras, 15% para setores segurador e distribuidor e 9% para controladas não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal (Nota 12).

A Emenda Constitucional n.º 103/2019, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A Lei n.º 14.183/2021 (conversão da MP 1.034/2021) elevou para 25% a alíquota da CSLL para o setor bancário, e para 20% para os setores segurador e distribuidor, no período compreendido entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, retornando às alíquotas de 20% e 15% respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022.

A Lei n.º 14.446/2022 (conversão da MP 1.115/2022) elevou para 21% a alíquota da CSLL para o setor bancário, e para 16% para os setores segurador e distribuidor, no período compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, retornando às alíquotas de 20% e 15% respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2023.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda corrente e contribuição social é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

#### **r. Outros Tributos**

Outros tributos incidem sobre a receita transacional e são reconhecidos no resultado como “Outras Despesas”, dentre os quais se destacam:

- PIS e COFINS: contribuições sociais federais que, para as instituições financeiras, incidem sobre a receita líquida de juros, receita de prestação de serviços e outras receitas operacionais. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%;
- ISS: imposto municipal incidente sobre as receitas de prestação de serviços. A alíquota varia de município para município e do tipo de serviço prestado, sendo a mínima de 2% e a mais comum de 5%.

#### **s. Patrimônio Líquido**

O capital social do BANESTES, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias e preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não conferem direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens: prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital em caso de liquidação do Banco (sem prêmio); participação nos lucros distribuídos e pagamentos de juros sobre o capital próprio em igualdade com as ações ordinárias e direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle do BANESTES ao mesmo preço ofertado às ações de controle.

##### **s.1. Custos de Emissão de Ações**

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, deduzido de impostos, reduzindo o valor de mensuração inicial das ações.

##### **s.2. Lucro por Ação**

O BANESTES apresenta dados de lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas do BANESTES pelo número médio de ações em circulação durante o ano, excluindo-se o número de ações compradas pela instituição e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros emitidos pelo Sistema Financeiro BANESTES com efeito de diluição.

#### **4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS**

O SFB adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo período. Todas as estimativas e premissas necessárias de acordo com o IFRS são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos que estão divulgadas a seguir:

- **Valor Justo dos Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem principalmente em ativos financeiros mensurados a valor justo no resultado e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base nas metodologias descritas na Nota 7.

- **Provisão para Perdas Esperadas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA**

A mensuração da provisão para perdas com créditos esperados para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA requer

o uso de modelos complexos e hipóteses significativas sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Explicação das premissas e técnicas de estimativa utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada é mais detalhada na Nota 3.e.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Determinar critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos apropriados para a mensuração da perda de crédito esperada;
- Estabelecer o número e ponderações relativas a cenários prospectivos para cada tipo de produto e mercado relacionado a perda de crédito esperada; e
- Estabelecer grupo de ativos financeiros semelhantes para fins de mensuração da perda de crédito esperada.

O processo para determinar o nível de provisão para perda de crédito esperada exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) com empréstimos e adiantamento a clientes exige, por sua natureza, julgamentos e suposições com relação à carteira, tanto em bases individuais quanto em base coletiva. Na revisão da carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia é utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico é considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais que podem afetar essa determinação da provisão para perdas com empréstimos e adiantamento a clientes incluem condições econômicas brasileiras gerais e experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, além de experiência recente de prejuízos, valores de garantias de uma operação de crédito, volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e recebíveis e quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e recebíveis ou confirmar a deterioração de crédito existente.

As provisões para *impairment* calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com *impairment* que não podem ser identificados individualmente. O BANESTES utiliza modelos para analisar as carteiras de crédito e determinar a provisão necessária para perdas, considerando fatores de perdas e outros indicadores de risco. Embora os modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamento sobre as informações.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes de perdas por *impairment* reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados apresentados.

#### • **Ativos Fiscais Diferidos**

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o SFB terá lucro tributável futuro em relação aos ativos fiscais diferidos que possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso seja considerado provável que o SFB terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do SFB é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

#### • **Provisões Técnicas de Seguros**

As provisões técnicas de seguros são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em um determinado momento no futuro, a favor dos segurados. Os benefícios futuros de apólices e sinistros incluem reservas para seguro de vida em grupo e individual, seguro contra acidentes, dentre outros.

O valor do passivo é determinado utilizando métodos atuariais baseados em histórico de pagamentos de sinistros para determinar a estimativa



de passivos de sinistros. Os métodos para se determinar essas estimativas e estabelecer as provisões técnicas são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes são reconhecidos no resultados do respectivo período.

- **Provisões e Passivos Contingentes**

O SFB revisa periodicamente suas contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como “Provisões”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos, valores e probabilidades de perda.

- **Plano Benefício Pós-Emprego**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o UCP – Unidade de Crédito Projetada, ou PUC – *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO – *Projected Benefit Obligation*), líquido ativos dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedida anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, quando ocorrer

## 5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

### Introdução e Visão Geral

O BANESTES, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição. Essas políticas visam fortalecer a Governança Corporativa do Banco e adotar as melhores práticas de gerenciamento de riscos do mercado, estando sempre em conformidade com os requerimentos do Acordo de Basileia e aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN. Para conhecer mais sobre o processo, acesse o documento de Gerenciamento de Riscos no site de relações com investidores (<http://www.banestes.com.br/ri/index.html>), que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

### Risco de Crédito

Crédito é definido como a expectativa de recebimento de uma quantia em dinheiro, dentro de um espaço de tempo previamente estabelecido. Em contrapartida, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à inadimplência do tomador ou contraparte, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O gerenciamento do risco de crédito é executado por áreas independentes das unidades de negócios e tem como objetivo gerar informações para as áreas envolvidas no processo de crédito.

Em atendimento ao artigo 7º da Resolução n.º 3.721, de 30/04/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o SFB instituiu a estrutura de gerenciamento do risco de crédito que é composta pela Diretoria de Riscos e Controle e Diretoria Jurídica e Administrativa, sendo a Diretoria de Riscos e Controle, a responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do SFB perante o Bacen.



Os processos existentes de classificação e análise de risco, administração, controle, avaliação e concessão de crédito são totalmente sistematizados, proporcionando entre outros benefícios, o acompanhamento e controle gerencial dos processos com agilidade, observando a segurança inerente à função de conceder crédito e ao mesmo tempo capaz de garantir a sustentabilidade da Instituição.

No que tange ao *impairment*, o SFB, através da análise de dados históricos do comportamento de atraso das operações de crédito, calcula a perda utilizando a média histórica dos cinco últimos anos, ajustadas para refletir os efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras, conforme descrito na Nota 3.e.2.

Essa média utilizada sobre as carteiras analisadas foi apurada considerando dados de forma massificada, além de dar tratamento especial aos clientes classificados como significativos.

### Política de Crédito

A política de crédito tem como linha mestra ampliar a carteira de crédito, fixando regras que devem nortear o processo de concessão de crédito do Banco, não perdendo de vista a mitigação dos riscos e a maximização do resultado, assegurando o retorno sobre o capital, e aderente ao cenário econômico.

As agências possuem limites de alçada decisória de crédito, e os comitês de crédito da Direção Geral, analisam e decidem sobre limites e valores superiores às alçadas das agências, segregando assim as decisões de acordo com o estabelecido na política de crédito.

Ressalta-se na política de concessão de créditos do SFB, a partir da utilização de modelos de *Credit Scoring* avançados e atualizados, a adoção de processos de decisão ágeis e seguros, proporcionando a aprovação automática de limite de crédito padrão e concessão de crédito, viabilizando o crédito por meios de canais eletrônicos e a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico. Destacam-se, entre os fatores internos: resultado da análise da evolução da carteira, os níveis registrados de inadimplência, a qualidade da carteira, as margens e taxas de retorno, dentre outros; enquanto fatores externos são relacionados ao acompanhamento do ambiente macroeconômico do mercado.

A determinação dos níveis de provisões para potenciais perdas está adequada à exposição de risco em cada operação. As análises consideram os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, visando proteger a Instituição contra perdas decorrentes de crédito. As operações são avaliadas em função da classificação de risco do cliente/grupo econômico, ponderando garantias agregadas nas operações, a natureza e o tipo de operação, bem como de atrasos de pagamento que têm predominância sobre outros fatores para determinar a provisão final.

O SFB utiliza as garantias como uma forma de mitigação do risco de crédito, onde no processo de concessão é priorizado as garantias de maior liquidez, sendo elas responsáveis em assegurar plena liquidação do principal e dos encargos financeiros em caso de inadimplência.

A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	31/12/2023	31/12/2022
Alienação Fiduciária	322.975	309.665
Aval/ Fiança/ Caução	33.205	46.479
Cessão/ Consignação	133.026	102.543
Hipoteca/ Penhor	55.443	76.275
Propriedade do Bem Móvel/ Imóvel	255	359
<b>Total</b>	<b>544.904</b>	<b>535.321</b>

(\*) Todas as garantias estão avaliadas pelo Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

Demonstramos no quadro abaixo os detalhes de ativos financeiros e não-financeiros obtidos pela tomada de posse de garantias mantidas como empréstimos e recebíveis, bem como a posição das garantias detidas no final do exercício.

Os bens obtidos são registrados no balanço patrimonial na rubrica de "Ativos Não Correntes Mantidos para Venda" (Nota 14) pelo valor justo do bem, de acordo com a expectativa de recuperação em função da venda do ativo, ou pelo valor contábil do contrato, dos dois o menor.

	31/12/2023	31/12/2022
Imóveis	56.228	56.272
Veículos	9.465	6.145
Outros	14	14
<b>Subtotal</b>	<b>65.707</b>	<b>62.431</b>
Provisão p/ Desvalorização	(1.888)	(834)
<b>Valor Líquido</b>	<b>63.819</b>	<b>61.597</b>

**Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável**

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais um *impairment* é reconhecido. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

Ativos financeiros ao VJORA	31/12/2023				31/12/2022			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
<b>Instrumento de Dívida e Patrimônio</b>	<b>19.937.678</b>	-	-	<b>19.937.678</b>	<b>14.627.471</b>	-	-	<b>14.627.471</b>
Letras Fin. do Tesouro - LFT	18.178.726	-	-	18.178.726	12.301.015	-	-	12.301.015
Notas Fin. do Tesouro - NTN	208.812	-	-	208.812	401.743	-	-	401.743
Debentures	1.480.740	-	-	1.480.740	1.612.816	-	-	1.612.816
Letras Financeiras	42.558	-	-	42.558	277.954	-	-	277.954
Cotas de Fundos	26.842	-	-	26.842	33.943	-	-	33.943
<b>Total</b>	<b>19.937.678</b>	-	-	<b>19.937.678</b>	<b>14.627.471</b>	-	-	<b>14.627.471</b>

Ativos financeiros ao custo amortizado	31/12/2023				31/12/2022			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
<b>Créditos a Instituições Financeiras</b>	<b>2.599.944</b>	-	-	<b>2.599.944</b>	<b>5.121.199</b>	-	-	<b>5.121.199</b>
Aplicações no mercado aberto	1.656.332	-	-	1.656.332	4.289.237	-	-	4.289.237
Aplicações em depósitos interfinanceiros	943.612	-	-	943.612	831.962	-	-	831.962
<b>Instrumento de Dívida e Patrimônio</b>	<b>6.743.865</b>	-	-	<b>6.743.865</b>	<b>6.390.299</b>	-	-	<b>6.390.299</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.796.743	-	-	4.796.743	4.241.968	-	-	4.241.968
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	505.100	-	-	505.100	696.751	-	-	696.751
Títulos da novação da dívida do FCVS - CVS	100.958	-	-	100.958	131.433	-	-	131.433
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	63.201	-	-	63.201	70.889	-	-	70.889
Debêntures	591.946	-	-	591.946	518.199	-	-	518.199
Letras financeiras	685.914	-	-	685.914	731.056	-	-	731.056
Outros	3	-	-	3	3	-	-	3
<b>Créditos a clientes</b>	<b>7.159.920</b>	<b>1.969.337</b>	<b>399.444</b>	<b>9.528.701</b>	<b>6.042.090</b>	<b>1.567.871</b>	<b>336.055</b>	<b>7.946.016</b>
Créditos a clientes	7.159.920	1.969.337	399.444	9.528.701	6.042.090	1.567.871	336.055	7.946.016
<b>Riscos potenciais</b>	<b>75.556</b>	<b>216.785</b>	<b>197.194</b>	<b>489.535</b>	<b>41.970</b>	<b>159.270</b>	<b>170.429</b>	<b>371.669</b>
Limites a clientes	75.556	216.785	197.194	489.535	41.970	159.270	170.429	371.669
<b>Total</b>	<b>16.579.285</b>	<b>2.186.122</b>	<b>596.638</b>	<b>19.362.045</b>	<b>17.595.558</b>	<b>1.727.141</b>	<b>506.484</b>	<b>19.829.183</b>
<b>Exposição total</b>	<b>36.516.963</b>	<b>2.186.122</b>	<b>596.638</b>	<b>39.299.723</b>	<b>32.223.029</b>	<b>1.727.141</b>	<b>506.484</b>	<b>34.456.654</b>
<b>(-) Provisão para perdas de ativos financeiros</b>	<b>(80.012)</b>	<b>(216.785)</b>	<b>(197.194)</b>	<b>(493.991)</b>	<b>(47.379)</b>	<b>(159.270)</b>	<b>(170.429)</b>	<b>(377.078)</b>
<b>(=) Exposição líquida</b>	<b>36.436.951</b>	<b>1.969.337</b>	<b>399.444</b>	<b>38.805.732</b>	<b>32.175.650</b>	<b>1.567.871</b>	<b>336.055</b>	<b>34.079.576</b>

**Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos avaliados a valor justo**

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros avaliados a valor justo:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos financeiros ao VJR</b>		
<b>Instrumentos de Dívida</b>	<b>423.311</b>	<b>627.970</b>
Cotas de fundos de investimento	423.311	627.970
<b>Instrumentos de patrimônio designado ao VJORA</b>		
<b>Instrumentos de Patrimônio</b>	<b>26.842</b>	<b>33.943</b>
Cotas de fundos de investimento	26.842	33.943

**Avaliação da redução ao valor recuperável**

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo SFB para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais políticas contábeis do SFB (Nota 3).

- Premissas para aplicação da abordagem de 3 estágios

Para a determinação da provisão das perdas esperadas, alguns conceitos importantes precisam ser inicialmente entendidos e definidos, sendo eles:

- Aumento significativo do risco de crédito;
- Inadimplência;
- Cura (diminuição do risco de crédito); e
- Segmentação.

*Aumento significativo no risco de crédito e "cura"*

O SFB monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o SFB avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

O SFB considera que uma contraparte teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros; e
- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%.

Além disso, considera-se que ocorreu um aumento significativo de risco de crédito quando a contraparte tiver um contrato renegociado (até o momento em que o mesmo for considerado curado, de acordo com as regras expostas mais adiante) ou restrições financeiras.

Considera-se que um instrumento deixou de apresentar aumento significativo de risco de crédito (ou seja, evento de "cura" que proporciona a volta para o Estágio 1) quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de:

- 4 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos parcelados;
- 5 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos rotativos;
- 6 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito consignado;
- 9 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito renegociadas;
- 5 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos parcelados;
- 6 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos rotativos; e
- 9 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com operações de crédito renegociadas.

Esses períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após "cura".

*Definição de inadimplência e "cura"*

O SFB considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de perdas esperadas (PE), todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias, operações renegociadas vencidas a mais de 60 dias, operações onde o devedor possua apontamento de restrição financeira com atraso superior a 30 dias e/ou de cheque sem fundo e operações onde o devedor (pessoa jurídica) encontra-se em processo de recuperação judicial, concordata ou falência.

Para operações interbancárias (créditos a instituições financeiras), o SFB as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido

não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de "cura") quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de 1 mês, para clientes com produtos rotativos, consignados ou parcelados, e de 3 meses, para clientes com operações renegociadas. Estes períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após "cura".

*Segmentação (agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas)*

Conforme mencionado na Nota 3, o SFB calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de créditos a clientes.

O SFB agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de contraparte (pessoa física ou pessoa jurídica); e
- Tipo de produto (produtos parcelados, produtos rotativos, operações de crédito consignado).

- Mensuração do risco de crédito

Para atendimento ao IFRS 9, o SFB deve mensurar as perdas esperadas considerando os seguintes parâmetros de risco de crédito:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD), considerando a situação econômica corrente e previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito, durante o seu prazo esperado (*visão forward looking*);
- Perda em caso de inadimplência (*loss given default* - LGD); e
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD).

A provisão para perdas esperadas é determinada aplicando-se os percentuais de PD e LGD sobre a EAD (base de cálculo da provisão para perdas esperadas).

*Probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)*

O SFB possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de *credit score* interno, que utiliza como parâmetros principais:

Para clientes que são pessoas físicas:

- Tipo de produto;
- Tempo de relacionamento;
- Identificação de restritivo externo;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Idade do cliente; e
- Renda.

Para clientes que são pessoas jurídicas:

- Tipo de produto;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Tempo de fundação da empresa;
- Faturamento anual;
- Identificação de restritivo externo; e
- Tempo de relacionamento.

A definição das classificações internas de risco de crédito está definida conforme a seguir:

Pessoa Física	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Requer atenção
F	Baixa qualidade
Pessoa Jurídica	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Baixa qualidade

A carteira de operações de crédito encontrava-se assim distribuída entre os *ratings* internos em:

Rating	31/12/2023	31/12/2022
A	610.612	626.412
B	1.362.526	921.962
C	1.833.385	1.829.155
D	1.559.590	1.221.719
E	1.846.463	1.542.814
F	2.316.121	1.803.954
<b>Total</b>	<b>9.528.697</b>	<b>7.946.016</b>

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de *ratings*, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

#### Perda em caso de inadimplência (LGD)

A LGD é a perda surgida na hipótese de inadimplência. O cálculo de LGD baseia-se nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes.

#### Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE). Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do SFB.

#### Informações prospectivas (visão forward looking)

Nos modelos de PE, o SFB utiliza informações macroeconômicas prospectivas, sendo o IPCA e a SELIC as principais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Segmento	Variável macroeconômica	Projeção utilizada
Pessoa Física - Produtos Rotativos	IPCA para os próximos 4 meses	0.38 % a.m
Pessoa Física - Crédito Consignado	SELIC para os próximos 6 meses	5.50% a.a.
Pessoa Física - Produtos Parcelados	IPCA para o próximo mês	0.36% a.m
Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos	IPCA para os próximos 4 meses	0.38% a.m
	SELIC para os próximos 7 meses	5.50% a.a.
Pessoa Jurídica - Produtos Parcelados	SELIC para os próximos 3 meses	5.00% a.a.

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste por *impairment* foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.



Apresentamos abaixo as mudanças no *impairment* em 31 de dezembro de 2023, que seriam o resultado razoável de possíveis mudanças nas premissas de variáveis econômicas utilizadas pelo SFB:

Pessoa física – produtos rotativos		PD	% relativo
IPCA	Base	1,7619%	0,00%
	Piora 1%	1,7626%	0,04%
	Melhora 1%	1,7613%	-0,04%

Pessoa física – crédito consignado		PD	% relativo
SELIC	Base	1,4352%	0,00%
	Piora 1%	1,4357%	0,04%
	Melhora 1%	1,4346%	-0,04%

Pessoa física – produtos parcelados		PD	% relativo
IPCA	Base	5,8516%	0,00%
	Piora 1%	5,8522%	0,01%
	Melhora 1%	5,8510%	-0,01%

Pessoa jurídica – produtos rotativos		PD	% relativo
IPCA	Base	1,6079%	0,00%
	Piora 1%	1,6087%	0,04%
	Melhora 1%	1,6072%	-0,04%
SELIC	Base	1,6079%	0,00%
	Piora 1%	1,6101%	0,14%
	Melhora 1%	1,6058%	-0,14%

Pessoa jurídica – produtos parcelados		PD	% relativo
SELIC	Base	3,7863%	0,00%
	Piora 1%	3,8019%	0,41%
	Melhora 1%	3,7708%	-0,41%

Risco de Liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banestes é executado por unidade segregada das áreas de negócio e de auditoria interna e possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que é um conjunto de diretrizes que tem como objetivo estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração da Instituição, adotando uma tolerância ao risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco.

A mensuração do risco de liquidez considera, principalmente, a possibilidade de saídas de recursos nas principais linhas de captações, saída de recursos com investimentos na carteira comercial e em títulos privados e as obrigações da instituição em geral. São adotadas estratégias de captação que proporcionam diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento, sendo considerados instrumentos elegíveis para captação de recursos: depósito à vista, depósito a prazo, depósito de poupança, depósito interfinanceiro, emissão de títulos e valores mobiliários, captação de recursos em moeda estrangeira.

Para mitigação do risco de liquidez, o Banestes acompanha, diariamente, o risco de liquidez ao qual está exposto, a fim de manter um nível mínimo de recurso para assegurar a sua liquidez. O limite mínimo do colchão de liquidez adotado pela Instituição é revisado anualmente e fornece um nível de liquidez necessário para suportar os desembolsos de curto prazo, previstos ou imprevistos.

São utilizadas as seguintes ferramentas na gestão do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial Banestes:

- Monitoramento do Colchão de Liquidez diário, que prevê a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos em caixa em situação de estresse, frente aos limites mínimos definidos;
- Avaliação da liquidez intradia;
- Avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores no mínimo de 90 dias;
- Análise do perfil e comportamento diário das captações de recursos;
- Apuração mensal do índice de liquidez de curto prazo desenvolvido internamente, que identifica o montante de ativos livres de alta liquidez para cobrir as saídas (líquidas) que a Instituição pode sofrer sob um severo cenário de estresse no horizonte de 30 dias;
- Avaliação do risco de liquidez por Comitê responsável, como parte do processo de aprovação de novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes;
- Execução, sempre que necessário, dos procedimentos definidos no Plano de Contingência para a recuperação dos níveis mínimos de liquidez.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial adota um Plano de Contingência de Liquidez, atualizado anualmente, que estabelece estratégias de administração para situações de crise de liquidez, incluindo procedimentos para a geração de caixa em situações emergenciais.

Visando verificar a capacidade de liquidez da Instituição e elencando medidas corretivas, caso sejam necessárias, são realizados também "Testes de Estresse de Liquidez", que utilizam:

- Projeção do Colchão de Liquidez para diferentes horizontes de tempo, em situações normais ou de estresse;
- Testes de estresse mensais que avaliam: a situação do colchão de liquidez após expectativas de saque dos depósitos sem a realização de novas captações;
- Expectativas de realização dos compromissos assumidos (exposições não contabilizadas no balanço patrimonial e linhas de crédito e de liquidez).

### Prazos Contratuais Residuais de Ativos e Passivos Financeiros

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa referentes aos ativos e passivos financeiros do BANESTES. Os fluxos de caixa que o BANESTES estima para esses instrumentos são apurados de acordo com base em expectativas de realização e resgates dos valores futuros. Os ativos totais compreendem a carteira de crédito comercial e a carteira de investimento (tesouraria).

	31/12/2023				31/12/2022			
	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias
<b>Ativo Total</b>	<b>60.136.456</b>	<b>11.883.601</b>	<b>10.281.011</b>	<b>37.971.844</b>	<b>37.871.585</b>	<b>10.635.161</b>	<b>2.921.988</b>	<b>24.314.436</b>
<b>Passivos não Derivativos</b>	<b>42.475.333</b>	<b>25.319.252</b>	<b>3.350.047</b>	<b>13.806.034</b>	<b>35.221.021</b>	<b>22.719.379</b>	<b>485.342</b>	<b>12.016.300</b>
Depósitos de Instit. Financeiras	14.693.362	14.390.731	302.631	-	14.086.053	13.948.084	137.969	-
Depósitos de Clientes	26.945.094	10.265.843	2.879.011	13.800.240	20.636.386	8.502.694	128.318	12.005.374
Emissão de Títulos	693.035	557.428	135.607	-	356.122	148.195	207.927	-
Outros passivos financeiros	143.842	105.250	32.798	5.794	142.460	120.406	11.128	10.926

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa referentes aos ativos e passivos financeiros do BANESTES. Os fluxos de caixa que o BANESTES estima para esses instrumentos são apurados de acordo com base em expectativas de realização e resgates dos valores futuros.

### Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da Instituição.

Para o gerenciamento de risco de mercado da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória (posições da carteira *Trading* mais as exposições em moedas estrangeiras e *commodities* da carteira *Banking*) utilizam-se, respectivamente, a metodologia VaR (*Value at Risk* - Valor em Risco), considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias, sendo que as volatilidades são apuradas por meio de um modelo de alisamento exponencial - EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas), e as metodologias definidas pelo Bacen para os riscos das posições sujeitas à variação nas taxas de juros, às exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial, *commodities* e ações, que inclui o risco apurado pela metodologia VaR paramétrico para as operações prefixadas em reais, considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias. As volatilidades e correlações utilizadas para a apuração da parcela de risco referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas da carteira de negociação são extraídas do sítio eletrônico do Bacen. Esse gerenciamento da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória é realizado diariamente. Na mensuração do risco de mercado, as posições classificadas na carteira de negociação são marcadas a mercado utilizando metodologias de avaliação a mercado ou de avaliação por modelo de apreçamento amplamente aceitas no mercado.

O risco de taxas de juros da carteira bancária (*Banking*) é apurado pela abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados nesta carteira, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição, e pela abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* – NII), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição.

## Exposição ao Risco

### Carteira de Negociação

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

### Exposição ao risco de mercado – Carteira de *Trading* e *Banking*

Apresentamos a seguir os valores médio, máximo e mínimo do VaR das operações prefixadas da carteira de negociação (VaR PRE), de todas as operações da carteira de negociação (VaR *Trading*) e das operações classificadas tanto na carteira de negociação quanto das operações classificadas na carteira bancária (VaR Global), nos quais foram considerados o intervalo de confiança de 99% e o horizonte de tempo de 10 dias. O risco de taxas de juros da carteira bancária é apurado considerando tanto a abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE) quanto a abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* – NII):

	31/12/2023				31/12/2022			
	Mínimo	Média	Máximo	31/12/2023	Mínimo	Média	Máximo	31/12/2022
VaR PRE	62	90	152	69	1	3.306	10.209	1
VaR <i>Trading</i>	1.871	3.137	4.289	3.504	1.859	4.394	11.270	2.235
<i>Banking</i> (ΔEVE)	439.592	463.397	478.520	478.520	361.838	366.088	370.750	370.750
VaR Global	56.079	67.754	77.531	56.079	54.231	138.132	198.229	161.934

### Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moedas

	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	596	-	-	596
Total	596	-	-	596
Posição Líquida	596	-	-	596

## Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade é um instrumento que permite a mensuração do impacto das variações de mercado, tais como, taxa de juros, cotações de moedas, ações e fundos de investimentos sobre os instrumentos financeiros do Banestes.

Trimestralmente, é realizada a análise de sensibilidade das exposições financeiras da carteira de negociação (*Trading*) e da carteira bancária (*Banking*) sujeitas ao risco de mercado.

Essas análises de sensibilidade são realizadas a partir da construção dos seguintes cenários que apresentam condições que poderiam afetar negativamente as posições:

**Cenário 1:** Situação provável: adotada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de dezembro.

**Cenário 2:** Situação possível: adotada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de dezembro.

**Cenário 3:** Situação remota: adotada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de dezembro.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

### Análise de Sensibilidade (Carteira Trading e Banking)

Fatores de Risco	31/12/2023			31/12/2022		
	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	(2.167)	(53.711)	(106.509)	(3.455)	(85.805)	(170.015)
IPCA	(485)	(8.078)	(14.348)	(1.302)	(31.525)	(61.327)
Dólar	(6)	(149)	(299)	(7)	(169)	(339)
Euro	-	-	-	-	(6)	(12)
Libra Esterlina	-	-	-	-	(1)	(3)

(\*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

Cabe mencionar que as carteiras *Trading* e *Banking* analisadas são compostas por títulos públicos e privados classificados contabilmente como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, moedas estrangeiras classificadas contabilmente como Caixa e Equivalentes de Caixa e Outros Ativos/Passivos e cotas de fundos de investimento classificados contabilmente como em valor justo através do resultado.

O valor de exposição líquida desses elementos que compõem a carteira *Trading* e *Banking* submetidas à análise de sensibilidade encontram-se na tabela a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	19.910.836	14.627.472
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	361.174	617.770
Caixa e Equiv. de Caixa/ Depósitos interfinanceiros/Outros Ativos/ Passivos c/caract.de trading	596	708

## Quadro de Análise de Sensibilidade

<b>Fator de Risco</b>	<b>Cenário 1 Situação Provável 1% (*)</b>	<b>Cenário 2 Situação Possível 25% (*)</b>	<b>Cenário 3 Situação Remota 50% (*)</b>
Taxa prefixada de juros	(343)	(8.096)	(15.276)
Índices de Preços	(485)	(8.078)	(14.348)
Moedas	(6)	(149)	(299)
Fundos	(1.087)	(27.186)	(54.376)

## Gerenciamento de Capital

Visando a adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado, o Banestes instituiu a sua Política de Gerenciamento de Capital, que representa um conjunto de ações elaboradas considerando os objetivos estratégicos da organização que, por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, ou seja, do Patrimônio de Referência, visa avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos de crédito, mercado e operacional ao qual está sujeita, além de elaborar um planejamento de metas e de necessidades de capital.

Destaca-se ainda que a estrutura de gerenciamento de capital do Banestes prevê mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, adoção de um plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos, realização de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital, bem como a elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração.

## Alocação de Capital

O conceito de Patrimônio de Referência foi instituído pelo Acordo da Basileia, implementado no Brasil pela Resolução CMN n.º 2.099/1994. O PR consiste no somatório do Nível I e do Nível II e representa a base de cálculo para verificar se o patrimônio de referência exigido está sendo observado.

Para a apuração do risco de crédito, os cálculos são realizados seguindo os preceitos da Resolução n.º 229/2022 do Banco Central do Brasil, na qual os ativos são ponderados por fatores que variam de 0% a 1.250%. Essa Circular estabelece um conjunto de regras para cálculo da Parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco para Cobertura do Risco de Crédito – RWAcpad para as operações de crédito, levando em consideração os instrumentos mitigadores de risco, e para os demais ativos e despesas registradas no ativo da Instituição. Estabelece também as regras para cálculo do RWAcpad para os compromissos, como, por exemplo, no caso de cartão de crédito, cheque especial e conta garantida.

Por intermédio desses cálculos, o SFB gera as suas análises que o auxiliam a manter o patrimônio de referência compatível com o grau de risco de seus ativos, estando sempre alinhado a um índice mínimo de 10,5% conforme regulamento do Banco Central do Brasil.

Conforme Resolução n.º. 4.955/2021, o Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Conglomerado Prudencial.

Informamos os principais indicadores do BANESTES referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, calculado em conformidade com o Novo Acordo de Basileia:



	<b>Banestes Consolidado</b>	
	<b>Prudencial</b>	
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Patrimônio Líquido Ajustado</b>	<b>2.216.351</b>	<b>2.035.292</b>
(-) Redução Ajustes Prudenciais	(240.657)	(177.499)
(-) Ativos Intangíveis	(213.737)	(177.499)
(-) Investimentos significativos em assemelhadas	(26.920)	-
<b>Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II)</b>	<b>1.975.694</b>	<b>1.857.793</b>
<b>Exposições ao Risco:</b>		
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	11.298.925	10.554.610
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	2.198.795	1.732.855
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWAmpad)	37.149	131.072
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>13.534.869</b>	<b>12.418.537</b>
Margem sobre o PR considerando IRRBB <sup>1</sup> e ACP <sup>2</sup>	76.012	183.097
<b>Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]</b>	<b>14,60%</b>	<b>14,96%</b>
<b>Montante do PR apurado para Cobertura do Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação (IRRBB)</b>	<b>478.520</b>	<b>370.750</b>

(\*) BANESTES Conglomerado Prudencial - composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. preparado segundo norma contábil do Bacen (BrGaap).

<sup>1</sup> IRRBB é parcela de capital para cobertura do risco das operações sujeitas a variações de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

<sup>2</sup> ACP - Adicional de Capital Principal.

## 6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Informações por segmento de negócios são apresentadas seguindo os segmentos definidos e utilizados pela Administração do SFB para gerenciar os negócios, bem como para a geração de relatórios gerenciais internos.

O SFB está dividido em dois segmentos:

- Financeiro: engloba os negócios das carteiras do Banco Múltiplo, da Gestão de Ativos que opera com as atividades de gestão de fundos do SFB e das atividades de administração e intermediação de títulos e valores mobiliários.
- Seguros: envolve as transações de seguros nos diversos ramos e previdência privada realizados com terceiros, pessoas físicas e jurídicas, além das atividades de administração e intermediação de seguros, previdência e capitalização.

As informações por segmento de negócios correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são as seguintes:

**Demonstração do Resultado do Exercício por Segmento**
**Em 31 de dezembro de 2023:**

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	1.421.229	23.940	-	1.445.169
Resultado de Prestação de Serviços (1)	206.753	(30.196)	(7.125)	169.432
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	(878)	-	-	(878)
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(9)	-	-	(9)
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	145.747	(158)	145.589
Resultado de Operações de Câmbio e Var. Cambial	62	-	-	62
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(307.090)	(82)	-	(307.172)
Despesas de Pessoal (1)	(491.095)	(33.654)	-	(524.749)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	584	18.793	-	19.377
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	101.881	-	(101.881)	-
Provisões	(37.610)	(762)	-	(38.372)
Despesas Tributárias	(96.824)	(12.846)	-	(109.670)
Outras Despesas Administrativas (2)	(318.025)	(15.620)	7.384	(326.261)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(42.479)	1.266	1.424	(39.789)
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>436.499</b>	<b>96.586</b>	<b>(100.356)</b>	<b>432.729</b>
Impostos Correntes e Diferidos	(74.985)	(33.941)	-	(108.926)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>361.514</b>	<b>62.645</b>	<b>(100.356)</b>	<b>323.803</b>
<b>Resultado do Exercício Atribuível aos:</b>				
Acionistas Controladores	361.514	62.645	(100.356)	323.803
<b>Total do Ativo</b>	<b>41.628.306</b>	<b>417.961</b>	<b>(633.267)</b>	<b>41.413.000</b>
<b>Passivo</b>	<b>39.390.507</b>	<b>129.192</b>	<b>(227.517)</b>	<b>39.292.182</b>

**Em 31 de dezembro de 2022:**

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	1.177.389	22.190	40	1.199.619
Resultado de Prestação de Serviços (1)	257.063	(20.338)	(6.262)	230.463
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	-	15	(207)	(192)
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	46.919	-	-	46.919
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	101.364	(176)	101.188
Resultado de Operações de Câmbio e Var. Cambial	34	-	-	34
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(139.215)	-	-	(139.215)
Despesas de Pessoal (1)	(462.153)	(30.068)	-	(492.221)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	93	13.675	-	13.768
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	73.446	-	(73.446)	-
Provisões	(49.614)	(241)	-	(49.855)
Despesas Tributárias	(89.321)	(11.706)	-	(101.027)
Outras Despesas Administrativas (2)	(284.088)	(12.605)	6.161	(290.532)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(13.302)	1.032	276	(11.994)
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>517.251</b>	<b>63.318</b>	<b>(73.614)</b>	<b>506.955</b>
Impostos Correntes e Diferidos	(140.290)	(22.023)	-	(162.313)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>376.961</b>	<b>41.295</b>	<b>(73.614)</b>	<b>344.642</b>
<b>Resultado do Exercício Atribuível aos:</b>				
Acionistas Controladores	376.961	41.295	(73.614)	344.642
<b>Total do Ativo</b>	<b>36.748.476</b>	<b>274.886</b>	<b>(284.705)</b>	<b>36.738.657</b>
<b>Passivo</b>	<b>34.701.893</b>	<b>138.707</b>	<b>(94.363)</b>	<b>34.746.237</b>

As eliminações entre o BANESTES S.A. e as empresas controladas referem-se:

- (1) Ao convênio de cooperação técnica cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.
- (2) Aos lucros das Controladas, Juros sobre Capital Próprio e Dividendos recebidos pelas empresas, taxa de administração do FUNDO VGBL e resultado com imóveis.

**7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS**

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível 1: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos

da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o SFB não possui instrumentos financeiros classificados nesse nível.

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o SFB atua estão operando de forma eficiente e consequentemente, esses dados são representativos.

	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor Justo			Valor Justo		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>	-	<b>423.311</b>	<b>423.311</b>	-	<b>627.970</b>	<b>627.970</b>
Cotas de Fundos de Investimento	-	423.311	423.311	-	627.970	627.970
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	-	-	-	-	-
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>19.818.587</b>	<b>119.091</b>	<b>19.937.678</b>	<b>14.137.097</b>	<b>490.374</b>	<b>14.627.471</b>
Cotas de Fundos de Investimento	-	26.842	26.842	-	33.943	33.943
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	18.387.538	-	18.387.538	12.702.758	-	12.702.758
Letras Financeiras	-	42.558	42.558	-	277.954	277.954
Debêntures	1.431.049	49.691	1.480.740	1.434.339	178.477	1.612.816

Não houve transferências de níveis entre os ativos financeiros para os períodos apresentados.

O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais (LFT's, LTN's e NTN's), das Debêntures são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgado pela ANBIMA e/ou precificados por metodologia própria, observando os dados de mercado. O valor de mercado das Letras Financeiras é obtido a partir dos preços do mercado secundário ou valores divulgados pelos emissores e/ou precificado por metodologia própria, observando os dados de mercado. Para as Cotas de Fundo de Investimento o valor de mercado é obtido pelo valor da cota divulgado pelo próprio administrador do fundo. Os CRI's tem seu valor de mercado obtido através de metodologia própria, que precifica o ativo a partir de dados observados no mercado.

## 8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Classificação contábil e valor justo - a tabela a seguir apresenta a classificação do Sistema Financeiro BANESTES das classes de ativos e passivos financeiros e o seu valor justo.

	31/12/2023				31/12/2022			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Instrumentos de Dívida	6.740.189	6.567.602	5.359.575	1.208.027	6.386.906	6.307.400	5.147.613	1.159.787
Créditos a Inst. Financeiras	2.599.165	2.599.165	-	2.599.165	5.119.183	5.119.183	-	5.119.183
Empréstimos e Recebíveis	9.039.165	9.039.165	-	9.039.165	7.574.347	7.574.347	-	7.574.347
Depósitos de Clientes (1)	22.383.278	22.380.663	-	22.380.663	20.180.304	20.178.552	-	20.178.552
Recursos de Inst. Financeiras(2)	14.642.959	14.642.959	-	14.642.959	12.573.327	12.573.327	-	12.573.327
Títulos de Dívida Emitidos	679.925	679.925	-	679.925	417.257	417.257	-	417.257

Referem-se a depósitos à vista, poupança e a prazo.

Recursos de Instituições Financeiras referem-se a operações compromissadas de liquidez imediata, depósitos e repasses.

## 9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL

### a. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Disponibilidades</b>	<b>157.808</b>	<b>177.015</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)</b>	<b>1.656.332</b>	<b>4.289.237</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	376.250	942.032
Letras do Tesouro Nacional – LTN	679.999	1.235.281
Notas do Tesouro Nacional – NTN	600.083	2.111.924
<b>Total</b>	<b>1.814.140</b>	<b>4.466.252</b>

(\*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for inferior a 90 dias.

**b. Reservas no Banco Central**

Estão compostas por créditos vinculados representados por cumprimento da exigibilidade dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros depósitos, como demonstrado a seguir:

	Forma de Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	121.152	147.825
Depósitos de Poupança	Índice de Poupança	835.640	735.908
Pagamentos Instantâneos – PIX	Sem Remuneração	105.495	54.796
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	44.000	47.247
<b>Total</b>		<b>1.106.287</b>	<b>985.776</b>

**10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**
**a. Classificação**

Categoria/Papel	31/12/2023						Total
	sem vencido	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
<b>Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)</b>	<b>62.138</b>	<b>4.358</b>	<b>71.280</b>	<b>109.260</b>	<b>153.151</b>	<b>23.124</b>	<b>423.311</b>
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	62.138	4.358	71.280	109.260	153.151	23.124	423.311
<b>Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</b>	<b>26.842</b>	<b>2.641</b>	<b>158.363</b>	<b>3.251.555</b>	<b>4.659.745</b>	<b>11.827.579</b>	<b>19.926.725</b>
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	-	14.269	2.680.351	3.988.175	11.704.743	18.387.538
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	-	22.033	20.525	-	-	42.558
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	26.842	-	-	-	-	-	26.842
Debêntures	-	2.645	122.267	552.803	674.487	128.538	1.480.740
Perda de Valor Recuperável ( <i>Impairment</i> )	-	(4)	(206)	(2.124)	(2.917)	(5.702)	(10.953)
<b>Mensurados ao custo amortizado (CA)</b>	<b>-</b>	<b>2.423.688</b>	<b>3.567.522</b>	<b>2.389.307</b>	<b>501.758</b>	<b>457.079</b>	<b>9.339.354</b>
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	2.379.145	2.642.075	1.468.829	261.752	307.332	7.059.133
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	37.967	849.110	722.460	19.989	-	1.629.526
Debêntures	-	7.801	78.008	194.525	220.260	91.352	591.946
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	4.582	-	58.619	63.201
Outros Títulos	-	-	-	-	-	3	3
Perda de Valor Recuperável ( <i>Impairment</i> )	-	(1.225)	(1.671)	(1.089)	(243)	(227)	(4.455)

31/12/2022							
Categoria/Papel	sem vencido	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
<b>Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)</b>	<b>10.200</b>	<b>3.978</b>	<b>106.470</b>	<b>269.306</b>	<b>88.687</b>	<b>149.329</b>	<b>627.970</b>
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	10.200	3.978	106.470	269.306	88.687	149.329	627.970
<b>Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</b>	<b>33.943</b>	<b>396.758</b>	<b>293.521</b>	<b>2.566.572</b>	<b>1.022.485</b>	<b>10.307.347</b>	<b>14.620.626</b>
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	209.652	-	2.383.978	24.340	10.084.788	12.702.758
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	174.601	62.413	30.800	10.140	-	277.954
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	33.943	-	-	-	-	-	33.943
Debêntures	-	12.692	231.246	152.998	988.486	227.394	1.612.816
Perda de Valor Recuperável ( <i>Impairment</i> )	-	(187)	(138)	(1.204)	(481)	(4.835)	(6.845)
<b>Mensurados ao custo amortizado (CA)</b>	<b>-</b>	<b>4.585.670</b>	<b>761.070</b>	<b>4.810.778</b>	<b>861.096</b>	<b>487.475</b>	<b>11.506.089</b>
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	4.487.548	28.519	3.888.933	646.901	307.488	9.359.389
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	100.297	699.984	736.225	26.512	-	1.563.018
Debêntures	-	-	32.468	181.500	188.090	116.141	518.199
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	436	6.379	-	64.074	70.889
Outros Títulos	-	-	-	-	-	3	3
Perda de Valor Recuperável ( <i>Impairment</i> )	-	(2.175)	(337)	(2.259)	(407)	(231)	(5.409)

**b. Ganhos e Perdas não Realizados de Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes**

	Saldo 31/12/2022	Ganho	Perda	Impostos	Saldo
		Não Realizado			31/12/2023
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(11.033)	18.531	(11.766)	(1.848)	(6.116)

**c. Composição do *impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito das Instituições Financeiras**

Ativos financeiros ao VJORA	31/12/2023				31/12/2022			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
<b>Instrumento de Dívida e Patrimônio</b>	<b>(10.953)</b>	-	-	<b>(10.953)</b>	<b>(6.845)</b>	-	-	<b>(6.845)</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	(8.545)	-	-	(8.545)	(5.775)	-	-	(5.775)
Notas Financeiras do Tesouro – NTN	(100)	-	-	(100)	(181)	-	-	(181)
Debêntures	(2.288)	-	-	(2.288)	(758)	-	-	(758)
Letras Financeiras	(20)	-	-	(20)	(131)	-	-	(131)
<b>Total</b>	<b>(10.953)</b>	-	-	<b>(10.953)</b>	<b>(6.845)</b>	-	-	<b>(6.845)</b>

Ativos financeiros ao custo amortizado	31/12/2023				31/12/2022			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
<b>Créditos a Instituições Financeiras</b>	<b>(1.283)</b>	-	-	<b>(1.283)</b>	<b>(2.407)</b>	-	-	<b>(2.407)</b>
Aplicações no Mercado Aberto	(778)	-	-	(778)	(2.016)	-	-	(2.016)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(505)	-	-	(505)	(391)	-	-	(391)
<b>Instrumentos de Dívida e Patrimônio</b>	<b>(3.172)</b>	-	-	<b>(3.172)</b>	<b>(3.002)</b>	-	-	<b>(3.002)</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	(2.279)	-	-	(2.279)	(1.993)	-	-	(1.993)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(216)	-	-	(216)	(326)	-	-	(326)
Títulos Públicos Federais - CVS	(47)	-	-	(47)	(62)	-	-	(62)
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	(30)	-	-	(30)	(33)	-	-	(33)
Debêntures	(278)	-	-	(278)	(244)	-	-	(244)
Letras Financeiras	(322)	-	-	(322)	(344)	-	-	(344)
<b>Total</b>	<b>(4.455)</b>	-	-	<b>(4.455)</b>	<b>(5.409)</b>	-	-	<b>(5.409)</b>



**d. Movimentação do Impairment dos Instrumentos de Dívidas e Crédito a Instituições Financeiras**

Em 31 de dezembro de 2023:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
<b>Instrumentos de Dívida e Patrimônio</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(6.845)</b>	-	-	<b>(6.845)</b>
Novos ativos financeiros originados	5.953	-	-	5.953
Estorno de provisão de operações liquidadas	(11.453)	-	-	(11.453)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	1.392	-	-	1.392
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(10.953)</b>	-	-	<b>(10.953)</b>

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
<b>Créditos a Instituições Financeiras</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(2.407)</b>	-	-	<b>(2.407)</b>
Novos ativos financeiros originados	(853)	-	-	(853)
Estorno de provisão de operações liquidadas	1.831	-	-	1.831
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	196	-	-	196
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(1.233)</b>	-	-	<b>(1.233)</b>
<b>Instrumentos de Dívida e Patrimônio</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(3.002)</b>	-	-	<b>(3.002)</b>
Transferência do Estágio 1 para Estágio 3	-	-	-	-
Novos ativos financeiros originados	2.334	-	-	2.334
Estorno de provisão de operações liquidadas	(2.456)	-	-	(2.456)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(98)	-	-	(98)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(3.222)</b>	-	-	<b>(3.222)</b>

Em 31 de dezembro de 2022:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
<b>Instrumentos de Dívida e Patrimônio</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(3.160)</b>	-	-	<b>(3.160)</b>
Novos ativos financeiros originados	(4.953)	-	-	(4.953)
Estorno de provisão de operações liquidadas	919	-	-	919
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	349	-	-	349
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(6.845)</b>	-	-	<b>(6.845)</b>

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
<b>Créditos a Instituições Financeiras</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(5.789)</b>	-	-	<b>(5.789)</b>
Novos ativos financeiros originados	(20.500)	-	-	(20.500)
Estorno de provisão de operações liquidadas	23.906	-	-	23.906
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(24)	-	-	(24)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(2.407)</b>	-	-	<b>(2.407)</b>
<b>Instrumentos de Dívida e Patrimônio</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(2.826)</b>	-	-	<b>(2.826)</b>
Transferência do Estágio 1 para Estágio 3	(456)	-	-	(456)
Novos ativos financeiros originados	(1.448)	-	-	(1.448)
Estorno de provisão de operações liquidadas	763	-	-	763
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	965	-	-	965
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(3.002)</b>	-	-	<b>(3.002)</b>

**e. Ativos Financeiros Vinculados**

Refere-se a ativos vinculados à garantia de certas operações de câmbio, operações de cartão de crédito e operações de seguro.

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Títulos de Dívida de Emissores Públicos</b>	<b>111.414</b>	<b>98.531</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	111.414	98.531
<b>Vinculados a Provisões Técnicas de Seguros - Nota 22.c</b>	<b>139.214</b>	<b>126.119</b>
Títulos de Renda Fixa - Públicos	139.214	126.119

**11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS**

	31/12/2023			31/12/2022		
	Bruto	Impairment	Líquido	Bruto	Impairment	Líquido
Cartões	645.856	(39.981)	605.875	556.640	(29.563)	527.077
Crédito comercial	2.621.361	(203.120)	2.418.241	2.539.855	(173.231)	2.366.624
Imobiliário	2.177.568	(54.804)	2.122.764	1.385.465	(29.324)	1.356.141
Industrial	1.334	(6)	1.328	3.987	(122)	3.865
Leasing Financeiro	-	-	-	2	-	2
Pessoal	3.282.258	(77.897)	3.204.361	2.857.993	(48.875)	2.809.118
Renegociação	300.956	(101.329)	199.627	259.568	(84.895)	174.673
Rural	499.368	(12.399)	486.969	342.506	(5.659)	336.847
<b>Total</b>	<b>9.528.701</b>	<b>(489.536)</b>	<b>9.039.165</b>	<b>7.946.016</b>	<b>(371.669)</b>	<b>7.574.347</b>

**Movimentação do Impairment**
**Em 31 de dezembro de 2023:**

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
<b>Perda Esperada em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>41.970</b>	<b>159.270</b>	<b>170.429</b>	<b>371.669</b>
<b>Movimentos com impactos no resultado:</b>				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(6.494)	48.196	-	41.702
Estágio 1 para o Estágio 3	(1.030)	-	50.458	49.428
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(13.255)	51.445	38.190
Estágio 2 para o Estágio 1	1.971	(28.541)	-	(26.570)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	1.172	(9.926)	(8.754)
Estágio 3 para o Estágio 1	180	-	(5.131)	(4.951)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	39.721	108.307	47.637	195.665
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	8.724	(22.022)	(9.387)	(22.685)
Estorno de provisão de contratos liquidados	(9.486)	(36.341)	(98.331)	(144.158)
<b>Total dos movimentos com impactos no resultado</b>	<b>75.556</b>	<b>216.786</b>	<b>197.194</b>	<b>489.536</b>
<b>Perda Esperada em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>75.556</b>	<b>216.786</b>	<b>197.194</b>	<b>489.536</b>

**Em 31 de dezembro de 2022:**

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
<b>Perda Esperada em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>45.674</b>	<b>200.389</b>	<b>123.115</b>	<b>369.178</b>
<b>Movimentos com impactos no resultado:</b>				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(6.195)	31.002	-	24.807
Estágio 1 para o Estágio 3	(1.816)	-	42.308	40.492
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(23.799)	55.468	31.669
Estágio 2 para o Estágio 1	4.300	(56.389)	-	(52.089)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	2.055	(8.900)	(6.845)
Estágio 3 para o Estágio 1	62	-	(4.114)	(4.052)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	18.631	79.964	40.366	138.961
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	(14.086)	(55.955)	(2.931)	(72.972)
Estorno de provisão de contratos liquidados	(4.600)	(17.997)	(74.883)	(97.480)
<b>Total dos movimentos com impactos no resultado</b>	<b>41.970</b>	<b>159.270</b>	<b>170.429</b>	<b>371.669</b>
<b>Perda Esperada em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>41.970</b>	<b>159.270</b>	<b>170.429</b>	<b>371.669</b>

**Composição por vencimento**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Total Vencimento e Direcionamento dos Empréstimos e Recebíveis</b>	<b>9.528.701</b>	<b>7.946.016</b>
<b>Prestações Vencidas</b>	<b>76.894</b>	<b>83.011</b>
A partir de 15 dias	76.894	83.011
<b>Prestações a Vencer</b>	<b>9.451.807</b>	<b>7.863.005</b>
Até 90 dias	974.689	922.044
De 91 a 360 dias	1.943.399	1.758.088
Acima de 360 dias	6.533.719	5.182.873

## 12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

### 12.1. Impostos Correntes e Diferidos

	31/12/2023		31/12/2022	
	IR	CS	IR	CS
<b>Resultado antes da Trib. e Participações</b>	<b>529.373</b>	<b>592.373</b>	<b>547.726</b>	<b>547.726</b>
Encargo de Imp. de Renda e Contr. Social às Alíquotas Vigentes	(148.094)	(118.474)	(136.932)	(109.545)
<b>Ajustes aos Encargos de Imposto de Renda e Contr. Social</b>				
Juros sobre o Capital Próprio	35.830	28.665	31.992	26.181
Resultado de Equivalência Patrimonial	24.370	18.236	18.351	14.008
Adições (exclusões) de caráter permanente	891	9.204	3.344	7.534
Adições (exclusões) de caráter temporário	16.084	12.849	(17.693)	(14.302)
<b>Total dos Valores Devidos</b>	<b>(70.919)</b>	<b>(49.520)</b>	<b>(100.938)</b>	<b>(76.124)</b>
Realização da Reserva de Reavaliação	56	48	37	30
Incentivos Fiscais	4.056	-	2.808	-
<b>Despesa de Imp. de Renda e Contr. Social Corrente</b>	<b>(66.807)</b>	<b>(49.472)</b>	<b>(98.093)</b>	<b>(76.094)</b>
<b>Receitas (Despesas) de Imp. De Renda e Contr. Social Diferida</b>	<b>(1.638)</b>	<b>(1.291)</b>	<b>455</b>	<b>380</b>
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>5.566</b>	<b>4.710</b>	<b>8.327</b>	<b>1.627</b>
<b>Insuficiência (Superveniência) de Depreciação Arrend. Mercantil</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>104</b>	<b>-</b>
<b>Total da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(62.873)</b>	<b>(46.053)</b>	<b>(89.207)</b>	<b>(74.087)</b>

\* A alíquota efetiva de IR e CS é de 25,17% e 40,96% para o acumulado de doze meses de 2023 e 2022, respectivamente.

### 12.2. Movimentação dos Saldos do Crédito Tributário

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	(Realização)	Saldo em 31/12/2023
<b>Refletidos no Resultado</b>				
Diferenças Temporárias				
Provisão para Devedores Duvidosos	203.678	166.418	(147.181)	222.915
Ações Trabalhistas	28.501	20.870	(20.299)	29.072
Ações Cíveis	29.974	5.068	(5.314)	29.728
Contingências Fiscais	24.318	3.213	(7.480)	20.051
Outras Contingências	13.950	38.436	(37.489)	14.897
Ajustes de IFRS*	(2.131)	52.197	(54.177)	(4.111)
<b>Total de Adições Temporárias</b>	<b>298.290</b>	<b>286.202</b>	<b>(271.940)</b>	<b>312.552</b>
Crédito Tributário Não Corrente	943	315	88	1.346
<b>Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado</b>	<b>299.233</b>	<b>286.517</b>	<b>(271.852)</b>	<b>313.898</b>
<b>Refletidos no Patrimônio Líquido</b>				
Ajustes ao Valor de Mercado – VJORA	14.305	29.370	(28.633)	15.042
<b>Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado</b>	<b>14.305</b>	<b>29.370</b>	<b>(28.633)</b>	<b>15.042</b>
<b>Total Geral dos Créditos Tributários</b>	<b>313.538</b>	<b>315.887</b>	<b>(300.485)</b>	<b>328.940</b>
<b>Total dos Créditos Tributários Ativados</b>	<b>313.538</b>	<b>315.887</b>	<b>(300.485)</b>	<b>328.940</b>

\* Composto pelo efeito fiscal dos ajustes em IFRS.

#### a. Saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua Movimentação

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	(Realização)	Saldo em 31/12/2023
<b>Refletidos no Resultado</b>				
Superveniência de Depreciação de <i>Leasing</i>	6	-	(6)	-
Diferenças Temporárias	16.473	2.778	151	19.402
<b>Refletidos no Patrimônio Líquido</b>				
Ajustes ao Valor Justo – Tít. Disp. P/Venda	8.535	17.149	(8.062)	17.442
Reserva de Reavaliação de Imóveis	653	-	(104)	549
<b>Total Geral dos Débitos Tributários</b>	<b>25.667</b>	<b>19.927</b>	<b>(8.021)</b>	<b>37.393</b>

**b. Expectativa de Realização do Crédito Tributário**

	Crédito Tributário Ativado				
	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total
	IR	CSLL	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Ativado
2024	105.493	84.643	-	-	190.136
2025	25.517	20.414	-	-	45.931
2026	22.419	17.829	-	-	40.248
2027	15.449	12.359	-	-	27.808
2028	4.902	3.919	-	-	8.821
2029 a 2033	8.886	7.110	-	-	15.996
<b>Total</b>	<b>182.666</b>	<b>146.274</b>	-	-	<b>328.940</b>
<b>Valor Presente</b>	<b>150.210</b>	<b>120.315</b>	-	-	<b>270.526</b>
<b>Valor Presente em 31/12/2022</b>	<b>148.482</b>	<b>118.561</b>	-	-	<b>267.043</b>

**13. OUTROS ATIVOS**

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos Judiciais dados em Garantia	193.040	194.603
Depósitos Trabalhistas	42.081	50.607
Depósitos Cíveis	47.706	47.636
Depósitos Fiscais (Nota 20)	101.623	94.895
Depósitos de Sinistros	1.231	1.068
Outros Depósitos	399	397
Impostos e Contribuições a Compensar	37.363	21.671
Pagamentos a Ressarcir	21.695	18.002
Serviços Prestados a Receber	2.457	3.544
Adiantamentos e Antecipações Salariais	6.026	5.405
Adiantamentos para Pagamentos	23.563	26.441
Arrendamentos Operacionais a Receber	14	159
Despesas Antecipadas	87.283	12.471
Participações Pagas Antecipadamente	17.218	16.222
Relações Interfinanceiras e Interdependências (a)	127.753	115.219
Devedores Diversos – País	97.794	100.630
Outros Ativos	7.415	6.177
<b>Total</b>	<b>621.621</b>	<b>520.544</b>

**a. Relações Interfinanceiras e Interdependências**

	Forma de Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>127.753</b>	<b>115.179</b>
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Sem Remuneração	123	118
Sistema Financeiro da Habitação		121.907	111.360
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice de Poupança	3.202	1.699
SFH - Fundo de Compensação das Variações Salariais	TR + Juros	130.419	121.375
Provisão p/ Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.714)	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	5.723	3.701
<b>Relações Interdependências</b>		<b>-</b>	<b>40</b>
<b>Total das Relações Interfinanceiras e Interdependências</b>		<b>127.753</b>	<b>115.219</b>

#### 14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Custo de aquisição</b>		
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>62.431</b>	<b>72.175</b>
Aquisições	32.331	20.580
Alienações / Baixas	(29.055)	(30.324)
Transferências	-	-
<b>Total</b>	<b>65.707</b>	<b>62.431</b>
<b>Desvalorização de Ativos Mantidos para Venda</b>		
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>(834)</b>	<b>(1.036)</b>
Desvalorização	(4.297)	(50)
Baixas / Alienações	3.243	252
Transferências	-	-
<b>Total</b>	<b>(1.888)</b>	<b>(834)</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>63.819</b>	<b>61.597</b>

#### 15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS

	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamentos de Processamento de Dados	Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte	Outros	Imobilizado de Arrendamento(*)	Total
<b>Custo de Aquisição</b>								
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>11.199</b>	<b>42.971</b>	<b>29.031</b>	<b>104.130</b>	<b>20.896</b>	<b>7.351</b>	<b>144.610</b>	<b>360.188</b>
Aquisições	-	12.295	8.120	9.626	47.963	351	23.605	101.960
Alienações/ Baixas	(551)	(617)	(369)	(10.198)	(45.461)	(16)	(20.396)	(77.608)
Transferências	-	-	(4.337)	4.193	144	-	-	-
<b>Saldo Final em 31/12/2023</b>	<b>10.648</b>	<b>54.649</b>	<b>32.445</b>	<b>107.751</b>	<b>23.542</b>	<b>7.686</b>	<b>147.819</b>	<b>384.540</b>
<b>Depreciação</b>								
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(5.602)</b>	<b>(24.217)</b>	<b>(16.777)</b>	<b>(87.111)</b>	<b>(10.472)</b>	<b>(4.999)</b>	<b>(58.708)</b>	<b>(207.886)</b>
Depreciação do Período	(177)	(3.986)	(1.520)	(7.333)	(1.955)	(800)	(24.799)	(40.570)
Baixas/Alienações	419	462	349	10.192	266	12	15.957	27.657
<b>Saldo Final em 31/12/2023</b>	<b>(5.360)</b>	<b>(27.741)</b>	<b>(17.948)</b>	<b>(84.252)</b>	<b>(12.161)</b>	<b>(5.787)</b>	<b>(67.550)</b>	<b>(220.799)</b>
<b>Saldo Líquido Final em 31/12/2023</b>	<b>5.288</b>	<b>26.908</b>	<b>14.497</b>	<b>23.499</b>	<b>11.381</b>	<b>1.899</b>	<b>80.269</b>	<b>163.741</b>
<b>Saldo Líquido em 31/12/2022</b>	<b>5.597</b>	<b>18.754</b>	<b>12.254</b>	<b>17.019</b>	<b>10.424</b>	<b>2.352</b>	<b>85.902</b>	<b>152.302</b>

(\*) O imobilizado de arrendamento é composto majoritariamente por contratos de aluguel de imóveis.



**16. ATIVOS INTANGÍVEIS**

	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
<b>Custo de Aquisição</b>					
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>139.537</b>	<b>9.634</b>	<b>109.460</b>	<b>51.966</b>	<b>310.597</b>
Aquisições	1.330	2.518	32.753	39.597	76.198
Alienações / Baixas	(7)	(25)	(38)	(1.168)	(1.238)
Transferências	24.191	-	(2.685)	(21.506)	-
<b>Saldo Final em 31/12/2023</b>	<b>165.051</b>	<b>12.127</b>	<b>139.490</b>	<b>68.889</b>	<b>385.557</b>
<b>Depreciação</b>					
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(68.824)</b>	<b>(6.314)</b>	<b>(54.025)</b>	<b>-</b>	<b>(129.163)</b>
Amortização do Período	(18.173)	(766)	(20.809)	-	(39.748)
Baixas / Alienações	2	25	-	-	27
Transferências	(2.527)	-	2.527	-	-
<b>Saldo Final em 31/12/2023</b>	<b>(89.522)</b>	<b>(7.055)</b>	<b>(72.307)</b>	<b>-</b>	<b>(168.884)</b>
<b>Perdas por Impairment</b>					
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.168)</b>	<b>(1.172)</b>
Baixas / Alienações	4	-	-	1.168	1.172
<b>Saldo Final em 31/12/2023</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Saldo Líquido Final em 31/12/2023</b>	<b>75.529</b>	<b>5.072</b>	<b>67.183</b>	<b>68.889</b>	<b>216.673</b>
<b>Saldo Líquido em 31/12/2022</b>	<b>70.709</b>	<b>3.320</b>	<b>55.435</b>	<b>50.798</b>	<b>180.262</b>

(\*) O Outros é composto majoritariamente por ativos em desenvolvimento.

**17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO**

	31/12/2023	31/12/2022	Taxas mínimas e máximas 31/12/2023	Taxas mínimas e máximas 31/12/2022
<b>No País:</b>	<b>14.642.959</b>	<b>12.573.327</b>		
Depósitos à Vista	8.237	1.711		
Operações Compromissadas	14.304.994	12.279.787	11,65% a.a	13,50% e 13,65% a.a
<b>Obrigações por Repasses:</b>	<b>86.609</b>	<b>52.446</b>		
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	85.345	48.845		
BNDES	6	30		
Finame	1.258	3.565		
Outras Instituições	-	6		
Depósitos Interfinanceiros	243.119	239.383	10,80% e 11,65% a.a	10,00% e 13,65% a.a
<b>Total</b>	<b>14.642.959</b>	<b>12.573.327</b>		
<b>Composição por Vencimento</b>				
<b>Exigível à Vista</b>	<b>8.237</b>	<b>1.711</b>		
<b>Exigível a Prazo</b>	<b>14.634.722</b>	<b>12.571.616</b>		
Até 90 dias	14.387.421	12.400.981		
De 91 a 360 dias	239.968	160.449		
Acima de 360 dias	7.333	10.186		
<b>Total</b>	<b>14.642.959</b>	<b>12.573.327</b>		

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de instituições financeiras" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

## 18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/12/2023	31/12/2022	Taxas mínimas e máximas 31/12/2023	Taxas mínimas e máximas 31/12/2022
Depósitos à Vista	1.315.050	1.421.310		
Depósitos a Prazo	16.847.763	14.563.078		
Depósitos de Poupança	4.220.465	4.195.916	0,52% e 0,63% a.a	0,61% e 0,75% a.a
Outros	-	-		
<b>Total</b>	<b>22.383.278</b>	<b>20.180.304</b>		
<b>Composição por prazo de vencimento</b>				
<b>Exigível à Vista</b>	<b>9.791.103</b>	<b>9.542.033</b>		
<b>Exigível a Prazo</b>	<b>12.592.175</b>	<b>10.638.271</b>		
Até 90 dias	55.107	43.406		
De 91 a 360 dias	1.345.532	146.265		
Acima de 360 dias	11.191.536	10.448.600		
<b>Total</b>	<b>22.383.278</b>	<b>20.180.304</b>		

Os passivos financeiros denominados de "Depósitos de clientes" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

## 19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/12/2023	31/12/2022	Taxas mínimas e máximas 31/12/2023	Taxas mínimas e máximas 31/12/2022
Letras de Crédito Imobiliário	339.670	176.187	80,00% e 92,00% CDI	80,00% e 92,00% CDI
Letras de Agronegócio	340.255	241.070	80,00% e 92,00% CDI	80,00% e 92,00% CDI
<b>Total</b>	<b>679.925</b>	<b>417.257</b>		
<b>Composição por prazo de vencimento</b>				
Até 90 dias	387.576	198.318		
De 91 a 360 dias	292.349	218.898		
Acima de 360 dias	-	41		
<b>Total</b>	<b>679.925</b>	<b>417.257</b>		

Os passivos financeiros denominados de "Títulos de dívida emitidos" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

## 20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

### a. Ativos Contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, a menos que a probabilidade de êxito seja praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que devam ser registrados.

### b. Passivos Contingentes

O SFB é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, para os processos com probabilidade de perda avaliada como provável.

A Administração do SFB entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos, cujo saldo e movimentação são as seguintes:

Natureza	31/12/2023					31/12/2022				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>63.343</b>	<b>66.709</b>	<b>54.302</b>	<b>270</b>	<b>184.624</b>	<b>55.716</b>	<b>65.028</b>	<b>52.558</b>	<b>260</b>	<b>173.562</b>
Constituições/Atualizações	46.408	11.498	7.125	497	65.528	32.044	8.864	14.597	1.095	56.600
Pagamentos/Reversões	(45.140)	(12.023)	(16.530)	(453)	(74.146)	(24.417)	(7.182)	(12.853)	(1.086)	(45.538)
<b>Saldo no Final do Período</b>	<b>64.611</b>	<b>66.184</b>	<b>44.897</b>	<b>314</b>	<b>176.006</b>	<b>63.343</b>	<b>66.710</b>	<b>54.302</b>	<b>269</b>	<b>184.624</b>

### c. Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando a obter indenizações de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Quanto aos processos com pedido de indenização em decorrência da Resolução 696, foi provisionado o percentual de 72,69% em todos os processos, considerando a média de pagamentos desta matéria. Em 31 de dezembro de 2023, o SFB possuía provisão trabalhista de R\$ 64.611 sendo que se encontrava registrado, na mesma data, em depósito judicial R\$ 38.134 e em depósito recursal a importância de R\$ 3.947.

### d. Processos Cíveis

São demandas que têm por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere aos pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Estas ações tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos são limitados em 40 salários mínimos, e também na Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

### e. Processos Fiscais

O SFB discute judicialmente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Os advogados da Instituição utilizam os critérios de natureza das ações, atualização de cada ação e posicionamento de nossos tribunais onde as referidas ações são classificadas conforme a possibilidade de perda em: provável, possível e remota.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e, caso aplicável, o respectivo depósito judicial:

Natureza – Fiscal	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1)	13.305	57.348	9.621	53.713
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/91 (2)	24.619	40.915	38.013	38.013
Honorários - Diversas Ações	6.384	-	6.073	-
Outros	589	3.360	595	3.169
<b>Total</b>	<b>44.897</b>	<b>101.623</b>	<b>54.302</b>	<b>94.895</b>

**(1) Contribuições Previdenciárias e Terceiros** - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a GFIP.

**(2) IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991** - Objetiva-se com o questionamento judicial a dedução integral da diferença havida entre o IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das demonstrações financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991, no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro.

### f. Passivos Contingentes Classificados como Chances de Êxitos e Riscos de Perdas Possíveis

O SFB mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações

de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes avaliados como chances de êxitos e riscos de perdas possível, estão demonstrados a seguir:

**Processos Trabalhistas** - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. Os valores destas contingências totalizam R\$ 26.453.

**Processos Cíveis** - Das ações com estas características, o valor total é de R\$ 582.901 sendo que as mais relevantes representam R\$ 193.181.

**Processos Fiscais** - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo e perfazem um montante de R\$ 21.132 referentes a questionamentos judiciais de cunho tributário.

## 21. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo de Contratos de Arrendamento (a)	84.562	90.430
Impostos a Recolher	35.305	43.836
Obrigações por Aquisição de Bens	32.632	40.554
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	128.116	134.854
Obrigações Sociais e Estatutárias	74.908	77.597
Operações de Cartões de Crédito	3.202	36.340
Pagamentos a Efetuar	77.426	69.504
Receita Diferida	7.341	6.150
Recursos em Trânsito de Terceiros	17.412	37.002
Relações Interfinanceiras	533.405	420.817
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	4	34
Credores por Recursos a Liberar	98.195	132.053
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	43.116	46.306
Obrigações por Transações de Pagamentos	36	28.753
Obrigações por Convênios Oficiais	24.958	22.155
Outros Passivos	140.772	98.023
<b>Total</b>	<b>1.301.390</b>	<b>1.284.408</b>
<b>Total Passivo Circulante</b>	<b>1.220.630</b>	<b>1.186.607</b>
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>80.760</b>	<b>97.801</b>

### a. Composição de Vencimento do Passivo de Arrendamento

	31/12/2023	31/12/2022
até 1 ano	26.953	26.407
de 1 ano a 5 anos	50.182	57.209
acima de 5 anos	7.427	6.814
<b>Total</b>	<b>84.562</b>	<b>90.430</b>

## 22. OPERAÇÕES DE SEGUROS

### a. Passivo para cobertura remanescente

Em dezembro de 2023:

	Agrupamento de Ramos		
	Danos	Pessoas	Total
<b>Movimentação do grupo de contas</b>			
<b>Saldo Inicial em 31/12/2022</b>	<b>17.359</b>	<b>(3.060)</b>	<b>14.299</b>
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	226.119	245.545	471.664
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(47.066)	(45.614)	(92.680)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(441)	-	(441)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	71.125	4.847	75.972
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(362.484)	(89.339)	(451.823)
<b>Saldo Final em 31/12/2023</b>	<b>(95.388)</b>	<b>112.379</b>	<b>16.991</b>

**Em dezembro de 2022:**

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
<b>Saldo Inicial em 31/12/2021</b>	<b>15.054</b>	<b>(7.357)</b>	<b>7.697</b>
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	155.012	142.075	297.087
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(47.202)	(25.428)	(72.630)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(246)	-	(246)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	40.961	22.017	62.978
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(146.220)	(134.367)	(280.587)
<b>Saldo Final em 31/12/2022</b>	<b>17.359</b>	<b>(3.060)</b>	<b>14.299</b>

**b. Passivos de contratos de resseguros mantidos**
**Em dezembro de 2023:**

Movimentação do grupo de contas	Ramo
<b>Saldo Inicial em 31/12/2022</b>	<b>Pessoas</b> <b>8.902</b>
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	13.309
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Período	(13.260)
<b>Saldo Final em 31/12/2023</b>	<b>8.951</b>

**Em dezembro de 2022:**

Movimentação do grupo de contas	Ramo
<b>Saldo Inicial em 31/12/2021</b>	<b>Pessoas</b> <b>8.408</b>
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	6.573
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Período	(6.079)
<b>Saldo Final em 31/12/2022</b>	<b>8.902</b>

**c. Passivos para sinistros ocorridos líquido resseguro**
**Em dezembro de 2023:**

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
<b>Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro</b>	<b>33.438</b>	<b>19.209</b>	<b>52.647</b>
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(12.436)	(546)	(12.982)
<b>Saldo Final Ajustado</b>	<b>21.002</b>	<b>18.663</b>	<b>39.665</b>

**Em dezembro de 2022:**

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
<b>Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro</b>	<b>33.434</b>	<b>17.895</b>	<b>51.329</b>
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(151)	111	(40)
<b>Saldo Final Ajustado</b>	<b>33.283</b>	<b>18.006</b>	<b>51.289</b>

**23. MARGEM FINANCEIRA**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas Financeiras</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	475.003	1.431.153
Créditos a Instituições Financeiras	105.217	123.035
Empréstimos e Recebíveis	1.444.496	1.177.084
Títulos de Investimento	3.038.410	1.918.645
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	59.395	79.693
Outras Receitas Financeiras	9.045	8.262
<b>Total</b>	<b>5.131.566</b>	<b>4.737.872</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Recursos de Instituições Financeiras	(1.633.055)	(1.636.340)
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	(2.051.472)	(1.900.526)
Depósitos Especiais	(609)	(569)
Outras Despesas Financeiras	(1.261)	(818)
<b>Total</b>	<b>(3.686.397)</b>	<b>(3.538.253)</b>
<b>Margem Financeira</b>	<b>1.445.169</b>	<b>1.199.619</b>



## 24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas de Prestação de Serviços</b>		
Conta-Corrente / Poupança	115.977	114.911
Cartões de Crédito/ Débito	54.567	65.662
Administração de Fundos de Investimentos	28.557	47.681
Taxa de Distribuição de Fundos de Investimentos	23.320	14.747
Arrecadações e Convênio	27.037	26.344
Transferência de Fundos e Recursos	13.836	18.400
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	15.603	15.558
Cobrança	15.468	14.814
Corretagem de seguros	23.538	16.912
Taxa de Gestão de Fundos de Investimentos	-	6.028
Serviços de Custódia	762	254
Outras Receitas de Prestação de Serviços	11.759	11.944
<b>Total</b>	<b>330.424</b>	<b>353.255</b>
<b>Despesas de Prestação de Serviços</b>		
Serviços do Sistema Financeiro	(93.751)	(74.765)
Cartões de Crédito	(33.214)	(26.882)
Correspondente Bancário	(19.743)	(21.014)
Informação Cadastral	(3.700)	(3.490)
Outros Serviços do Sistema Financeiro	(37.094)	(23.379)
Despesas de Comercialização de Planos de Seguros e Previdência	(28.813)	(19.371)
Despesas de Corretagem de Seguros	(19.753)	(15.043)
Despesas de Tarifas Interbancárias	(4.723)	(3.848)
Outras Despesas de Prestação de Serviços	(13.952)	(9.765)
<b>Total</b>	<b>(160.992)</b>	<b>(122.792)</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>169.432</b>	<b>230.463</b>

## 25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas</b>		
Instrumentos de Dívidas	-	1
Fundos de Investimento	-	-
Outros	-	532
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>533</b>
<b>Despesas</b>		
Instrumento de Dívidas	(878)	(4)
Outros	-	(721)
<b>Total</b>	<b>(878)</b>	<b>(725)</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(878)</b>	<b>(192)</b>

## 26. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas</b>		
Receitas de Alienação de Instrumentos de Dívidas	-	46.919
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>46.919</b>
<b>Despesas</b>		
Despesas de Alienação de Instrumentos de Dívidas	(9)	-
<b>Total</b>	<b>(9)</b>	<b>-</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(9)</b>	<b>46.919</b>

## 27. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDENCIA

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas de Contratos de Seguros e Resseguro</b>		
Danos	203.266	146.492
Pessoas	148.911	133.161
<b>Total</b>	<b>352.177</b>	<b>279.653</b>
<b>Despesas de Contratos de Seguros e Resseguro</b>		
Danos	(132.258)	(115.290)
Pessoas	(74.330)	(63.175)
<b>Total</b>	<b>(206.588)</b>	<b>(178.465)</b>
<b>Resultado de Seguros e Previdência</b>	<b>145.589</b>	<b>101.188</b>

## 28. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO E VARIAÇÃO CAMBIAL

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas</b>		
Variação Cambial	162	1.111
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>1.111</b>
<b>Despesas</b>		
Operação de Câmbio – Outros	-	(2)
Variação Cambial	(100)	(1.076)
<b>Total</b>	<b>(100)</b>	<b>(1.078)</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>62</b>	<b>33</b>

## 29. RESULTADO DE PERDAS COM *IMPAIRMENT* DE ATIVOS FINANCEIROS

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas</b>		
Reversão de Provisão de Operações de Crédito	140.035	71.646
<b>Total</b>	<b>140.035</b>	<b>71.646</b>
<b>Despesas</b>		
Provisão de Operações de Crédito	(444.053)	(210.380)
Outras Provisões	(3.154)	(481)
<b>Total</b>	<b>(447.207)</b>	<b>(210.861)</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(307.172)</b>	<b>(139.215)</b>

## 30. DESPESAS DE PESSOAL

	31/12/2023	31/12/2022
Salários	(272.120)	(252.095)
Encargos Sociais Obrigatórios	(88.355)	(81.138)
Benefícios	(79.288)	(73.907)
Participações Estatutárias no Lucro	(73.778)	(76.435)
Remuneração da Diretoria e Conselho de Administração	(7.342)	(6.607)
Treinamento	(2.711)	(1.277)
Remuneração do Comitê de Auditoria	(370)	(328)
Remuneração do Conselho Fiscal	(785)	(434)
<b>Total</b>	<b>(524.749)</b>	<b>(492.221)</b>

### 31. PROVISÕES

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas</b>		
Reversão de Provisões Cíveis	11.163	4.199
Reversão de Provisões Fiscais	15.556	602
Reversão de Provisões Outras	439	1.027
<b>Total</b>	<b>27.158</b>	<b>5.828</b>
<b>Despesas</b>		
Contingências Trabalhistas	(46.408)	(31.985)
Contingências Cíveis	(11.498)	(8.809)
Contingências Fiscais	(7.127)	(13.851)
Contingências Outras	(497)	(1.038)
<b>Total</b>	<b>(65.530)</b>	<b>(55.683)</b>
<b>Resultado das Provisões</b>	<b>(38.372)</b>	<b>(49.855)</b>

### 32. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição ao Cofins	(77.061)	(68.217)
Impostos s/Serv.de Qualquer Natureza-ISS	(17.754)	(18.592)
Contribuição ao PIS/PASEP	(12.640)	(11.179)
IPTU	(1.338)	(1.363)
Outras	(877)	(1.676)
<b>Total</b>	<b>(109.670)</b>	<b>(101.027)</b>

### 33. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Depreciações e Amortizações	(80.318)	(79.237)
Serviços Técnicos Especializados	(52.204)	(44.801)
Processamento de Dados	(47.484)	(40.500)
Segurança e Vigilância	(23.667)	(22.208)
Manutenção e Conservação de Bens	(24.673)	(21.815)
Comunicação	(14.231)	(13.768)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(25.171)	(14.118)
Transporte	(12.851)	(14.543)
Água, Energia e Gás	(6.287)	(6.264)
Serviços de Terceiros	(14.074)	(12.492)
Juros de Direito de Uso de Arrendamento	(4.465)	(3.619)
Viagens	(1.791)	(1.442)
Materiais	(1.768)	(2.060)
Aluguéis(1)	(3.947)	(4.442)
Seguros	(265)	(198)
Contribuições Filantrópicas	(1.992)	(92)
Outras Despesas Administrativas	(11.073)	(8.933)
<b>Total</b>	<b>(326.261)</b>	<b>(290.532)</b>

(1) Refere-se a arrendamentos de curto prazo, baixo valor e pagamento variável.

**34. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Outras Receitas</b>		
Ganho de Capital	3.000	-
Recuperação de Encargos e Despesas	839	1.447
Atualizações Monetárias	15.497	14.768
Depósitos Judiciais	15.347	14.768
Outras Atualizações	150	-
Créditos Decisões Trans. Julgado Cont. Previdenciárias	285	-
Reversão de Provisões Operacionais	5.654	5.282
Receitas de Tombamento	-	18.800
Variações Cambiais Ativas	279	279
Variações Cambiais Inversas	1	172
Outras Receitas Operacionais	4.381	3.171
Outras Rendas Não Operacionais	1.202	1.305
<b>Total</b>	<b>31.138</b>	<b>45.224</b>
<b>Outras Despesas</b>		
Contribuições ao FGC	(22.543)	(20.843)
Despesas com Cartões	(6.868)	(8.623)
Perda de Capital	-	(1.494)
Ressarcimento de Custos	(6.898)	(7.239)
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	(17)	(2.441)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(21.150)	(5.078)
Encargos Trabalhistas INSS - Proc - Trabalhistas	(2.676)	(1.156)
Remuneração de Arrecadação - Benefício INSS	(1.549)	(1.278)
Despesa com Processos Cíveis	(410)	(651)
Estorno de Tarifa - Conta Corrente	(1.530)	(1.392)
Despesa com Regulação de Seguros	(743)	(1.044)
Variações Monetárias Passivas	(25)	(44)
Variações Cambiais Passivas	(409)	(654)
Variações Cambiais Inversas	(1)	(168)
Outras Despesas Operacionais	(5.825)	(4.881)
Outras Despesas Não Operacionais	(283)	(232)
<b>Total</b>	<b>(70.927)</b>	<b>(57.218)</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(39.789)</b>	<b>(11.994)</b>

**35. RESULTADO POR AÇÃO**

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2023 foi baseado no lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais, no valor de R\$ 323.803 (R\$ 345.796 em 2022), e na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação de 315.912.860. O valor do resultado por ação básico e diluído foi de R\$ 1,02 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 1,09 em 31 de dezembro de 2022.

**36. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a. Capital Social** - Constituído por 231.006.000 ações ordinárias e 84.906.860 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencem ao Estado do Espírito Santo.

**b. Reservas de Lucros** - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

**c1. Reserva Legal** - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

**c2. Reservas Estatutárias** - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do valor do Capital Social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

- **Reserva de Risco em Operações de Câmbio** - está limitada a 10% do valor do Capital Social e tem por finalidade cobrir o risco de exposição em operações de câmbio, sendo formada com recursos equivalentes a até 2% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

#### d. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

**d.1. Dividendos** - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, como dividendo obrigatório (Norma BrGaap). Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/95, o Banco optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Base de Cálculo:</b>		
<b>Lucro do Período BRGAAP</b>	<b>370.620</b>	<b>330.043</b>
Reserva Legal	(18.447)	(16.423)
<b>Base de cálculo</b>	<b>352.173</b>	<b>313.620</b>
<b>Total Dividendos e JSCP do Exercício</b>	<b>201.322</b>	<b>184.967</b>

**d.2. Juros sobre o Capital Próprio** - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 143.322 (R\$ 127.967 em 2022), com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 1.044 (R\$ 910 em 2022), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R\$ 142.278 (R\$ 127.057 em 2022), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, ad referendum da AGO 2024.

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes aos exercícios de 2023 e 2022:

	Valor Bruto Provisionado/Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2023	21.000	(152)	20.848	0,066474027
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2023	21.000	(153)	20.847	0,066474027
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários do 1º semestre/2023	32.228	(236)	31.992	0,102014380
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 3º trimestre/23	21.000	(153)	20.847	0,066474027
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 4º trimestre/23	21.000	(153)	20.847	0,066474027
Juros sobre o capital próprio Intermediário do 2º semestre/2023	27.094	(197)	26.897	0,085765694
Dividendos do 2º semestre/2023	58.000	-	58.000	0,183594932
<b>Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos</b>	<b>201.322</b>	<b>(1.044)</b>	<b>200.278</b>	<b>0,637271114</b>

	Valor Bruto Provisionado/Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2022	19.500	(141)	19.359	0,061725882
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2022	19.500	(137)	19.363	0,061725882
Juros sobre o Capital Próprio Intermediário do 1º semestre/2022	23.638	(167)	23.471	0,074825803
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 3º trimestre/2022	19.500	(137)	19.363	0,061725882
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 4º trimestre/2022	19.500	(141)	19.359	0,061725882
Juros sobre o Capital Próprio Intermediário do 2º semestre/2022	26.329	(187)	26.142	0,083342624
Dividendos do 2º semestre/2022	57.000	-	57.000	0,180429502
<b>Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos</b>	<b>184.967</b>	<b>(910)</b>	<b>184.057</b>	<b>0,585501457</b>



### **d.3. Política de Dividendos do BANESTES S.A**

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 23/03/2020 a Política de Dividendos do BANESTES.

Conforme previsto no item 5.1 da Política de Dividendos do BANESTES, o Conselho de Administração aprovou, no dia 12 de dezembro de 2022, o Calendário de Pagamentos de JCP Mensais para o Exercício de 2023. O Fato Relevante com o cronograma de pagamentos está disponível no site de Relações com Investidores do BANESTES ([www.banestes.com.br/ri](http://www.banestes.com.br/ri)) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 (<http://www.b3.com.br/>).

No dia 28 de junho de 2023, em consonância com o item 5.2 da Política de Dividendos, foi declarado pelo Conselho de Administração o pagamento intermediário de JCP referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2023, no valor bruto total de R\$ 32.228, sendo R\$ 0,10201438 por ações ordinária e preferencial (ON e PN).

No dia 27 de novembro de 2023, em consonância com o item 5.2 da Política de Dividendos, foi declarado pelo Conselho de Administração o pagamento intermediário de JCP referente ao período do segundo semestre de 2023, data base para o direito até 30/11/2023, com pagamento realizado em 15/12/2023, no valor bruto total de R\$ 27.094, sendo R\$ 0,08576569 por ações ordinária e preferencial (ON e PN).

No dia 16 de janeiro de 2024, em consonância com o item 5.2 da Política, foi declarado pelo Conselho de Administração o pagamento intermediário de Dividendos referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor bruto de R\$ 58.000 sendo R\$ 0,18359493 por ações ordinária e preferencial (ON e PN).

### **37. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS**

O SFB gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento de propriedade de terceiros e outras modalidades de investimento em favor dos investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas exceto o Fundo de Investimento VGBL, em função de deter o controle, governar sua política operacional e financeira, ser o único quotista e gestor deste fundo.

As tarifas e as comissões auferidas durante o período pelos serviços prestados pelas entidades do SFB a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de Prestação de Serviços" na demonstração consolidada do resultado.

A partir do segundo trimestre de 2022 a BANESTES DTVM S.A. passou a ser a responsável pela administração dos fundos de investimento, que antes eram administrados pelo BANESTES S.A.

O patrimônio líquido dos fundos são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	174.002	181.768
Fundo de Investimento BANESTES Invest Money - Renda Fixa	183.064	100.903
Fundo de Investimento BANESTES Invest Public - Renda Fixa	1.465.080	2.857.261
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	96.884	375.718
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa	261.091	161.000
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	2.927.068	3.275.697
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	278.126	175.704
Fundo de Investimento BANESTES Referencial IRF - M1 - Tít. Públicos - Renda Fixa	175.973	345.169
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	199.160	176.410
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv	28.615	28.856
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	7.704	8.107
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	185.632	525.307
BANESTES VIP DI FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	282.381	304.007
BANESTES FIC de Fundo de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	148.992	142.933
BANESTES Estratégia FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa	145.095	158.129
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	13.819	12.510
FUNSES FIC FIM	577.449	442.341
BANESTES Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	12.327	20.486
BANESTES Explorer Institucional Fundo de Investimento em Cotas de FI Renda Fixa Longo Prazo	10.327	-
BANESTES IMA-B 5 Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	15.364	-
BANESTES Crédito Corporativo I FIC de FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	11.099	-
BANESTES MultiEstratégia Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	10.331	-
BANESTES Invest Fácil Fundo de Investimento Renda Fixa Simples	10.939	-
<b>Total</b>	<b>7.220.522</b>	<b>9.292.306</b>

### 38. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

#### Benefício Pós-Emprego

O BANESTES é um dos patrocinadores da BANESES - BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29 de outubro de 2013, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30 de outubro de 2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES <https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto> e no endereço <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii/>.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15/02/17, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação foi 02/05/17.

No exercício de 2023, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 9% do salário de participação), corresponderam R\$ 13.113 (R\$ 12.005 em 2022). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Os Conselhos Deliberativo da BANESES e de Administração do Banco, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (*déficit*) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos), assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar n.º 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, “a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas” e a Lei Complementar n.º 109/2001 que determina no artigo 21 que “o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar.

Os exercícios encerrados em 31/12/2023 e 31/12/2022 apresentaram resultados superavitários, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto, não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinador em função da definição dada pelo IAS 19 com relação à contabilização de um ativo atuarial que deverá observar o *asset ceiling*, que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de *superávit*, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade da empresa obter um benefício financeiro decorrente do *superávit* apresentado nos planos de benefícios.

Com base em parecer de atuário independente, a seguir são apresentadas as informações pertinentes aos planos de aposentadoria do BANESTES, em conformidade com a Resolução CVM n.º 110/2022 e CPC 33 (R1).

Nome do Plano	Planos I e II Aposentadoria	
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Exercício Fiscal findo em</b>		
<b>A. Reconciliação da obrigação de benefício definido</b>		
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	1.345.064	1.363.325
2. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	1.217	606
3. Custo dos juros	157.837	144.406
4. Fluxo de caixa		
a. Benefícios pagos pelo plano líquido contribuições assistidos	(115.791)	(111.873)
5. Outros eventos significativos		
6. Redimensionamento da obrigação		
a. Efeito da alteração de premissas financeiras	13.232	(39.425)
b. Efeito da experiência do plano	8.830	(11.975)
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	<b>1.410.389</b>	<b>1.345.064</b>

	31/12/2023	31/12/2022
<b>B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano</b>		
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	1.503.689	1.572.519
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	176.451	166.564
3. Fluxo de caixa		
a. Contribuição do participante	15.285	13.739
b. Contribuição do patrocinador	11.219	9.993
c. Benefícios pagos pelo plano líquido contribuições assistidos	(115.791)	(111.873)
4. Outros eventos significativos		
5. Redimensionamento do valor justo dos ativos do plano		
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(54.086)	(147.253)
6. Efeito da mudança de câmbio	-	-
7. Valor justo do ativo do plano no final do ano	<b>1.536.767</b>	<b>1.503.689</b>

	31/12/2023	31/12/2022
<b>C. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa</b>		
1. Obrigação de benefício definido	1.410.389	1.345.064
2. Valor justo do ativo do plano	(1.536.767)	(1.503.689)
3. Situação Financeira do plano	<b>(126.378)</b>	<b>(158.625)</b>
4. Efeito do limite máximo teto do ativo	126.378	-
5. Passivo/(ativo) líquido	-	<b>(158.625)</b>

	31/12/2023	31/12/2022
<b>D. Componente do custo/(receita) de benefício definido do exercício</b>		
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente deduzido das contribuições de participantes ativos	(14.068)	(13.134)
b. Custo total do serviço	<b>(14.068)</b>	<b>(13.134)</b>
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	157.837	144.406
b. Juros/(rendimento) sobre o valor justo dos ativo do plano	(176.451)	(166.564)
c. Custo total dos juros	<b>(18.614)</b>	<b>(22.158)</b>
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-	-
4. Despesa administrativa e imposto	-	-
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	<b>(32.682)</b>	<b>(35.292)</b>

	31/12/2023	31/12/2022
<b>E. Componentes do custo / (receita) de benefício definido para o próximo exercício</b>		
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	1.065	1.217
Custo do serviço corrente bruto	1.065	1.217
b. Custo total do serviço	<b>1.065</b>	<b>1.217</b>
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	133.356	157.837
b. Juros/(rendimento) sobre o valor justo dos ativo do plano	(145.305)	(176.451)
c. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) /passivo oneroso	11.949	-
d. Custo total dos juros	-	<b>(18.614)</b>
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-	-
4. Despesa administrativa e imposto	-	-
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	<b>1.065</b>	<b>(17.397)</b>

	31/12/2023	31/12/2022
<b>F. Movimentação do Passivo Líquido</b>		
1. Passivo/(ativo) líquido no final do exercício anterior	(158.625)	(209.194)
2. Despesa do ano	(32.681)	(35.292)
3. Pagamento de contribuição patrocinadora	(11.219)	(9.992)
4. (Ganhos)/Perdas atuariais do exercício	76.148	95.853
5. Variação no teto do ativo	-	-
6. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	-	-
7. Passivo/(ativo) líquido no final do exercício	-	-
<b>Total</b>	<b>(126.377)</b>	<b>(158.625)</b>

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido</b>		
1. Taxa nominal de desconto	9,46%	11,73%
2. Taxa de desconto atuarial	5,35%	6,10%
3. Taxa nominal de crescimento salarial	4,94%	6,36%
4. Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,90%	5,31%

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Média ponderada das premissas para determinar o custo/(receita) de benefício definido</b>		
1. Taxa nominal de desconto	11,73%	10,59%
2. Taxa de desconto atuarial	6,1006%	5,2958%
3. Taxa nominal de crescimento salarial	6,36%	6,08%
4. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,31%	5,03%
5. Tábua de mortalidade geral	AT- 2000 Suavizada 20% por sexo	AT- 2000 Suavizada 20% por sexo

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos</b>		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 55 anos)	30,54	30,54
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 30 anos)	54,12	54,12

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Análise de sensibilidade nas Hipóteses</b>		
<b>Taxa nominal de desconto</b>		
1. Taxa nominal de desconto - 1,00%	1.541.317	1.464.884
Premissa da análise	8,42%	10,68%
2. Taxa nominal de desconto + 1,00%	1.298.718	1.242.558
Premissa da análise	10,49%	12,79%

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxos de caixa esperados para os próximos anos</b>		
1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa		
2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável		
3. Total previsto de pagamentos de benefícios pelo plano		
Ano 1	135.562	136.675
Ano 2	132.851	133.942
Ano 3	130.194	131.263
Ano 4	127.590	128.637
Ano 5	125.038	126.065
Próximos 5 anos	588.664	593.498

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Estatísticas dos participantes</b>		
1. Data da Base do Cadastro	01/10/2023	01/10/2022
2. Ativos e autopatrocinados		
a. Quantidade	1.070	1.103
b. Folha anual de salários de participação	137.332	134.911
c. Salário de participação médio anual	128	122
d. Idade média	48,9	48,1
e. Tempo de serviço médio	22,9	22,2
3. Aposentados e pensionistas		
a. Quantidade	2.434	2.101
b. Benefício médio anual	113.222	99.413
c. Idade média	67,95	67,22

### 39. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no acumulado até 31 de dezembro de 2023 foram distribuídos Juros sobre o Capital próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R\$ 184.389 (R\$ 118.197 em 2022).



Transação	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
<b>Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):</b>				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(66.615)	(64.751)	-	-
<b>Depósitos à Vista (2):</b>				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(8.636)	(8.358)	-	-
<b>Depósitos a Prazo (2):</b>				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(6.046.454)	(6.200.848)	(840.034)	(812.650)
<b>Demais Transações (3):</b>				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	-	-	(909)	(812)
Companhia do Gás de Espírito Santo (**)	-	24.691	2.417	1.129
Companhia Espiritosantense de Saneamento – CESAN (***)	114.053	-	7.790	-

(\*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

(\*\*) Refere-se a operação de crédito de investimento para expansão das atividades da entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, realizada de acordo com taxas e prazos de mercado. Em 03/07/2023 foi assinado o contrato de Alienação da ES Gás.

(\*\*\*) Refere-se a operação realizada com a CESAN - Companhia Espiritosantense de Saneamento, em 15/06/2023, entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, para Recomposição de Caixa, operação feita de acordo com taxas e prazos de mercado.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelo Banco ao controlador;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança entre o BANESTES e o controlador e são cobradas de acordo com contratos mantidos entre as partes.

#### a. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	31/12/2023				31/12/2022			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remuneração paga	911	6.795	784	370	846	6.003	454	334
Participação nos resultados	323	2.109	-	-	181	983	-	-
Benefícios pós-emprego	-	620	-	-	-	596	-	-
<b>Totais:</b>	<b>1.234</b>	<b>9.524</b>	<b>784</b>	<b>370</b>	<b>1.027</b>	<b>7.582</b>	<b>454</b>	<b>334</b>

#### 40. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Atribuído à Controladora	Patrimonio Líquido		Lucro Líquido	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>BRGAAP</b>	<b>2.216.351</b>	<b>2.035.292</b>	<b>370.620</b>	<b>330.043</b>
Provisão Perdas Esperadas Operação Crédito e TVM – PDD	(174.694)	(73.160)	(90.907)	43.385
Contratos de Arrendamento	(4.047)	(4.232)	185	(559)
Efeito Fiscal	80.277	34.490	41.005	(21.961)
Outros	2.931	30	2.900	(6.266)
<b>IFRS</b>	<b>2.120.818</b>	<b>1.992.420</b>	<b>323.803</b>	<b>344.642</b>
Diferenças entre o IFRS x BRGAAP	<b>(95.533)</b>	<b>(42.872)</b>	<b>(46.817)</b>	<b>14.599</b>

#### Provisão Perdas Esperada de Operações de Crédito e TVM

São as perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes e aos demais ativos financeiros.

**Contratos de Arrendamento**

É o reconhecimento dos contratos de arrendamento com prazo maior que 12 meses e cujo o ativo individual tem valor relevante.

**Efeito Fiscal sobre os Ajustes de IFRS**

Constituição de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças de prática contábil.

**Outros Ajustes**

São os ajustes de valores não materiais, de forma individual ou agregada.

**41. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 26 de fevereiro de 2024, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 26 de fevereiro de 2024.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Maelcio Maurício Soares (Presidente)  
Carla Barreto  
Danilo Ronaldo Alves dos Santos Bicalho  
João Luiz Pereira de Oliveira  
José Amarildo Casagrande  
Marcello Rinaldi  
Marinete Andrião Francischetto  
Sebastião José Balarini

**DIRETORIA**

José Amarildo Casagrande (Presidente)  
Alcio de Araujo  
Carlos Artur Hauschild  
Fernando Valli Cardoso  
Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi  
Marcos Vinícius Nunes Montes  
Silvio Henrique Brunoro Grillo  
Vicente Lopes Duarte

**CONSELHO FISCAL**

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza  
Davi Diniz de Carvalho  
Eduardo José Zanoteli  
Ivo Murcia  
José Elias Feres de Almeida

**COMITÊ DE AUDITORIA**

Christiano Santos Corrêa  
Mário Zan Barros  
Sebastião José Balarini

**CONTADOR**

Magno Willian Viana da Silva  
CRC-ES 020.893/O-0



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do  
Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo  
Vitória - ES

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("Banestes"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banestes e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### 1- Mensuração das perdas esperadas de operações de crédito

Conforme Notas Explicativas nº 3(d) e 11 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O Banestes registrou em 31 de dezembro de 2023, R\$ 489.535 mil de provisão para perdas esperadas de operações de crédito, que compreendem as operações de empréstimos, adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) e para os limites de créditos concedidos e não utilizados.</p> <p>A provisão de perda esperada é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo, e caso não tenha ocorrido aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, a provisão é baseada na expectativa de perda para 12 meses.</p> <p>A mensuração da provisão de perdas esperadas é apurada com base em julgamento e premissas baseadas no comportamento histórico de perdas e projeções de perdas esperadas considerando variáveis macroeconômicas.</p> <p>Devido à relevância das operações de crédito e do montante de provisão de perdas esperadas e ao grau de julgamento inerente à mensuração das perdas esperadas dessas operações, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizados, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos relevantes relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo as políticas e manuais que documentam as modelagens desenvolvidas, à aplicação das metodologias, à utilização de índices e premissas utilizados pelo Banestes no cálculo das perdas esperadas das operações de crédito;</li><li>- avaliação, com base em amostragem, das premissas que suportam a avaliação do Banestes quanto às perdas esperadas das operações, incluindo a análise de suficiência das garantias, quando aplicável, e inspecionamos as documentações de itens selecionados;</li><li>- recálculo da provisão para perdas esperadas das operações de crédito;</li><li>- avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em riscos de crédito, dos modelos, premissas e dados utilizados pelo Banestes para mensurar as perdas esperadas das operações de crédito avaliadas de forma coletiva, incluindo as premissas e dados utilizados para determinação das perdas esperadas por meio da aplicação de cálculos estatísticos para avaliação da performance e estabilidade desses modelos e metodologias desenvolvidos pelo Banestes; e</li><li>- avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de perdas esperadas para as operações de crédito, bem como as respectivas divulgações do Banestes, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

## 2 – Mensuração dos passivos contingentes e provisões – Trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme Notas Explicativas nº 3(l) e 20 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O Banestes é parte passiva em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades com as respectivas provisões registradas nas demonstrações financeiras consolidadas no montante de R\$176.006 mil.</p> <p>Essas provisões foram constituídas considerando a probabilidade de perda atribuída a cada processo, ou seja, a probabilidade que recursos financeiros são exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança, com base nas avaliações dos assessores legais/jurídicos e do Banestes, que levam em consideração, inclusive, o histórico de condenações em cada processo judicial.</p> <p>Devido a relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração dos passivos contingentes e provisões, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle dos passivos contingentes e a mensuração dos montantes provisionados;</li><li>- obtenção e avaliação de informações sobre processos judiciais por meio de confirmações recebidas dos assessores jurídicos externos e internos;</li><li>- avaliação, com base em amostragem, das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados, incluindo a inspeção da documentação dos processos judiciais;</li><li>- avaliação da suficiência de provisão através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão; e</li><li>- avaliação das divulgações efetuadas pelo Banestes nas demonstrações financeiras consolidadas descritas nas notas explicativas, de acordo com normas aplicáveis.</li></ul> <p>Nossos testes revelaram deficiências no desenho dos controles internos relacionados a Provisões e Passivos Contingentes. Em função disso, ampliamos a extensão de nossos procedimentos substantivos, além do originalmente planejado, para obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto a Provisões e Passivos Contingentes.</p> <p>Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração relativas a Provisões e Passivos Contingentes e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banestes é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com



as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banestes continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banestes e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banestes e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banestes e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banestes e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banestes e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

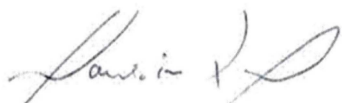
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Faria Pereira  
Contador CRC RJ-077911/O-2

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA EXERCÍCIO 2023

**Introdução** - O Comitê de Auditoria, como órgão estatutário do Banestes S.A - Banco do Estado do Espírito Santo foi instalado em março de 2010 pelo Conselho de Administração, e está em conformidade com a Resolução n.º 4.910, de 27/5/2021, do Conselho Monetário Nacional e Estatuto Social do Banestes (disponível no site <http://www.banestes.com.br/ri>), sendo que a partir de agosto de 2014 suas atividades se estenderam à Banestes Seguros S.A., em conformidade com a Resolução n.º 432/2021 e alterações, do Conselho Nacional de Seguros Privados.

**Competências** - O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração, e desempenha as suas atribuições com autonomia e independência, atuando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

A composição do Comitê de Auditoria é formada por três membros, eleitos pelo Conselho de Administração, composto pelos Senhores Mario Zan Barros (coordenador), Sebastião José Balarini e Christiano Santos Corrêa.

O Comitê de Auditoria tem a competência de zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela integridade e qualidade das Demonstrações Financeiras do Banestes e de suas controladas; eficácia e efetividade da atuação das auditorias independente e interna, e pelo acompanhamento permanente da qualidade dos controles internos e da gestão de riscos.

A Administração do Banestes é responsável pela elaboração, divulgação e integridade das Demonstrações Financeiras das empresas que compõem o Sistema Financeiro Banestes e pela adoção das melhores práticas de sistemas de controles internos e procedimentos, de modo a garantir a observância às Normas Contábeis Brasileiras e a toda Legislação aplicável, e tem proporcionado livre acesso do Comitê de Auditoria às áreas do Banco, mantendo um canal de comunicação efetivo com o Comitê de Auditoria.

**Atividades exercidas no período** - o Comitê de Auditoria realizou 33 (trinta e três) reuniões, sendo 12 (doze) reuniões ordinárias e 21 (vinte e uma) extraordinárias, obedecendo a um cronograma de reuniões previamente agendadas no início do exercício, para cumprimento de suas obrigações. Das 33 (trinta e três) reuniões, 17 (dezessete) foram realizadas no primeiro semestre, sendo 6 (seis) reuniões ordinárias e 11 (onze) extraordinárias; e 16 (dezesseis) reuniões no segundo semestre, sendo 06 (seis) reuniões ordinárias e 10 (dez) extraordinárias, obedecendo a um cronograma de reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, para o cumprimento de suas obrigações regimentais, estatutárias e demais normativos legais, com destaque para as seguintes atividades:

- Conhecimento das perspectivas do Banestes e das estratégias da diretoria quanto às políticas gerais e de controles internos da instituição;

- Aprovação e acompanhamento do Plano da Auditoria Interna: sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e das recomendações, como também as providências tomadas pelo Conselho da Administração;
- Conhecimento do teor das Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria do Banestes, realizadas entre 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023;
- Conhecimento e acompanhamento do plano de implementação da Instituição referente à Resolução CMN 4.966/21;
- Acompanhamento do sistema de controles internos e da gestão de riscos com base nas reuniões com os auditores internos e auditores independentes;
- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras, mediante reuniões com os administradores e auditores independentes;
- Recebimento da análise das manifestações feitas pelo canal de denúncias e da Ouvidoria e apuração das denúncias ou suspeição de violação ao Código de Ética.

Os assuntos tratados nas reuniões do Comitê de Auditoria foram registrados em Atas, que estão arquivadas à disposição do Conselho de Administração do Banestes e do Banco Central do Brasil e fazem parte deste relatório, em sua versão completa.

**Sistemas de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos** - A Diretoria responsável pela área de riscos e controle tem como principais funções as atividades de controle interno, gerenciamento de riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional, e pela disseminação da cultura de gestão de riscos e controle na Instituição. O monitoramento de risco operacional e a avaliação da efetividade dos controles internos são desenvolvidos com o objetivo de manter o ambiente de controle interno, dentro dos padrões estabelecidos. O Comitê de Auditoria acompanha as suas atividades por meio de reuniões e relatórios e tem recomendado uma ampliação dos processos de gestão de riscos, avaliação e melhoria dos controles internos, adequada ao porte e à complexidade dos negócios do Banestes, especialmente no que diz respeito aos processos que envolvem a área de Tecnologia da Informação (TI). O Comitê de Auditoria também entende que as atividades que se relacionam à política de crédito do Banco, incluindo os seus controles, devem merecer atenção especial dos gestores e contar com apoio efetivo dos sistemas de informática.

**Auditoria Interna** - O Comitê de Auditoria reuniu-se com a Auditoria Interna durante o exercício de 2023 para tratar de assuntos relacionados aos trabalhos do Comitê, bem como para o acompanhamento do Plano Anual de Auditoria e conhecimento dos trabalhos realizados e eventuais anomalias identificadas. É responsabilidade da Auditoria Interna comunicar ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração eventuais deficiências que possam comprometer a efetividade dos controles internos do Banestes e/ou a qualidade de suas demonstrações financeiras. Os relatórios da Auditoria Interna, no período, não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas, cuja gravidade tivesse colocado em risco, de forma irreversível, a continuidade dos negócios do Sistema Financeiro Banestes. Os assuntos levantados pela Auditoria Interna sobre melhorias

no ambiente de controle interno são discutidos com os gestores e diretores responsáveis com o objetivo de regularização e, nos casos mais relevantes, o Comitê de Auditoria atua junto ao Diretor responsável para aprimoramento e fortalecimento dos controles internos. O Comitê de Auditoria também avaliou a proposta do Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2024 e solicitou a inclusão de algumas ações sobre temas considerados relevantes.

**Ouvidoria Geral** - O Comitê de Auditoria realizou reuniões com o Gerente da Ouvidoria Geral e recebeu os relatórios quantitativos e qualitativos acerca da atuação da Ouvidoria do Banestes, referentes ao ano de 2023, sem que houvesse necessidade de encaminhamento de proposições ao Conselho de Administração.

**Auditoria Externa** - A KPMG Auditores Independentes Ltda. foi a empresa responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras semestrais e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões trimestrais no exercício de 2023.

O Comitê de Auditoria reuniu-se trimestralmente com os representantes da KPMG Auditores Independentes Ltda. no ano de 2023 e avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos Auditores, tanto em relação ao volume e a qualidade das informações fornecidas, quanto ao teor do seu relatório, com o qual concorda, foram satisfatórios. Além disso, o Comitê não recebeu informações que evidenciassem fatos que pudessem comprometer a independência dos auditores externos. Por sua vez, os Auditores Independentes confirmaram a manutenção de uma adequada política de independência e que, no desempenho de suas atividades de auditoria no Sistema Financeiro Banestes ("SFB"), não ocorreram situações que pudessem afetar essa independência. Na conclusão dos trabalhos de auditoria não foram apontadas falhas materiais no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas Internas, cuja gravidade pudesse comprometer a continuidade dos negócios do SFB.

**Demonstrações Financeiras** - O Comitê de Auditoria analisou os aspectos que envolvem o processo de elaboração das demonstrações financeiras, notas explicativas, relatórios financeiros e relatório da administração com data base em 31/12/2023, tendo ainda, realizado reuniões com os responsáveis pela elaboração de tais documentos e com os auditores independentes, para informações e esclarecimentos adicionais. Além disso, foram analisadas as práticas contábeis utilizadas pelo Banestes na elaboração de demonstrações financeiras, não tendo sido constatados fatos ou diferenças que pudessem influenciar, de forma material, a situação econômica e financeira da Instituição.

**Banestes Seguros S.A.** - O Comitê de Auditoria realizou reuniões com representantes da Banestes Seguros S.A. no decorrer do ano de 2023, incluindo Diretoria e a área de Gerenciamento de Riscos. O Comitê tem recomendado a ampliação das ações que visam à redução de processos manuais e à integração de sistemas na Banestes Seguros S.A.

**Recomendações** - Com base em análises de assuntos discutidos em reuniões e em relatórios e/ou informações obtidas nas diversas áreas do Sistema Financeiro Banestes e Auditoria Externa, o Comitê tem recomendado ao Conselho de Administração do Banestes, a adoção de medidas para aprimorar as atividades relacionadas à mitigação de riscos, especialmente



os riscos envolvendo a área de TI, a gestão do crédito, o fortalecimento dos controles internos e a melhoria dos sistemas informatizados.

**Conclusão** - O Comitê de Auditoria do Banestes S.A - Banco do Estado do Espírito Santo, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, não recebeu, neste período, registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração do Banestes S.A. que indicassem a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em riscos a continuidade do Sistema Financeiro Banestes ou pudessem afetar, de forma material a fidedignidade de suas Demonstrações Financeiras. Procedidas às análises das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (BRGAAP), Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, as Demonstrações Financeira Padronizadas – DFP, o Relatório do Conglomerado Prudencial do 2º semestre de 2023, bem como o Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e considerando as informações prestadas pelos auditores independentes, opinam, por unanimidade, recomendar sua aprovação pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas.

Vitória (ES), 26 de fevereiro de 2024.

Mário Zan Barros

Christiano Santos Corrêa

Sebastião José Balarini

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, bem como as Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, relativas ao exercício de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas, o Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 26 de fevereiro de 2024

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza  
Conselheiro Efetivo

Davi Diniz de Carvalho  
Conselheiro Efetivo

Eduardo José Zanoteli  
Conselheiro Efetivo

Ivo Murcia  
Conselheiro Efetivo

José Elias Feres de Almeida  
Conselheiro Efetivo

## DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que:

1. Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos Auditores Independentes e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer sem ressalvas, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisamos as Demonstrações Financeiras contidas no formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS relativas ao exercício de 2023 do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Vitória (ES), 26 de fevereiro de 2024

José Amarildo Casagrande  
Diretor-Presidente

Silvio Henrique Brunoro Grillo  
Diretor de Relações com Investidores e de  
Finanças